ESCÂNDALO POR QUE O DELATOR DO CRIME DE ESTUPRO DE ALFREDO GASPAR, VICE DE FLÁVIO BOLSONARO, MUDOU A VERSÃO E SE FILIOU AO PL?

DRAMA O BRASILEIRO DANIEL FERNANDES ALVES, DETIDO PELO ICE, RELATA A VIDA NA PRISÃO NOS EUA: "TRATADOS COMO LIXO"

CartaCapital

cartacapital.com.br
ANO XXXI Nº 1426
R$ 31,90
19 DE AGOSTO DE 2026
basset editora

O CONSENSO DE PEQUIM

ANTE O SUCESSO DA CHINA, OS EUA E A EUROPA ABANDONAM A CARTILHA NEOLIBERAL E REDESCOBREM O PAPEL DO ESTADO.

O BRASIL SEGUE PRESO A DOGMAS

DEIXAMOS NOSSA MARCA NA LUTA CONTRA A FOME. AGORA NOSSA LUTA GANHA UMA NOVA MARCA.

A fome não espera.
E a Ação da Cidadania também não.
Há 30 anos, somos um movimento que segue crescendo.
Agora, lançamos uma nova marca para mostrar essa evolução: a de uma ONG que nasceu com o prato vazio em denúncia à fome e hoje se tornou um amplo movimento ativista e transformador. A essência é a mesma, mas renovada para inspirar novas gerações e representar nossa luta por **um Brasil mais igual.**

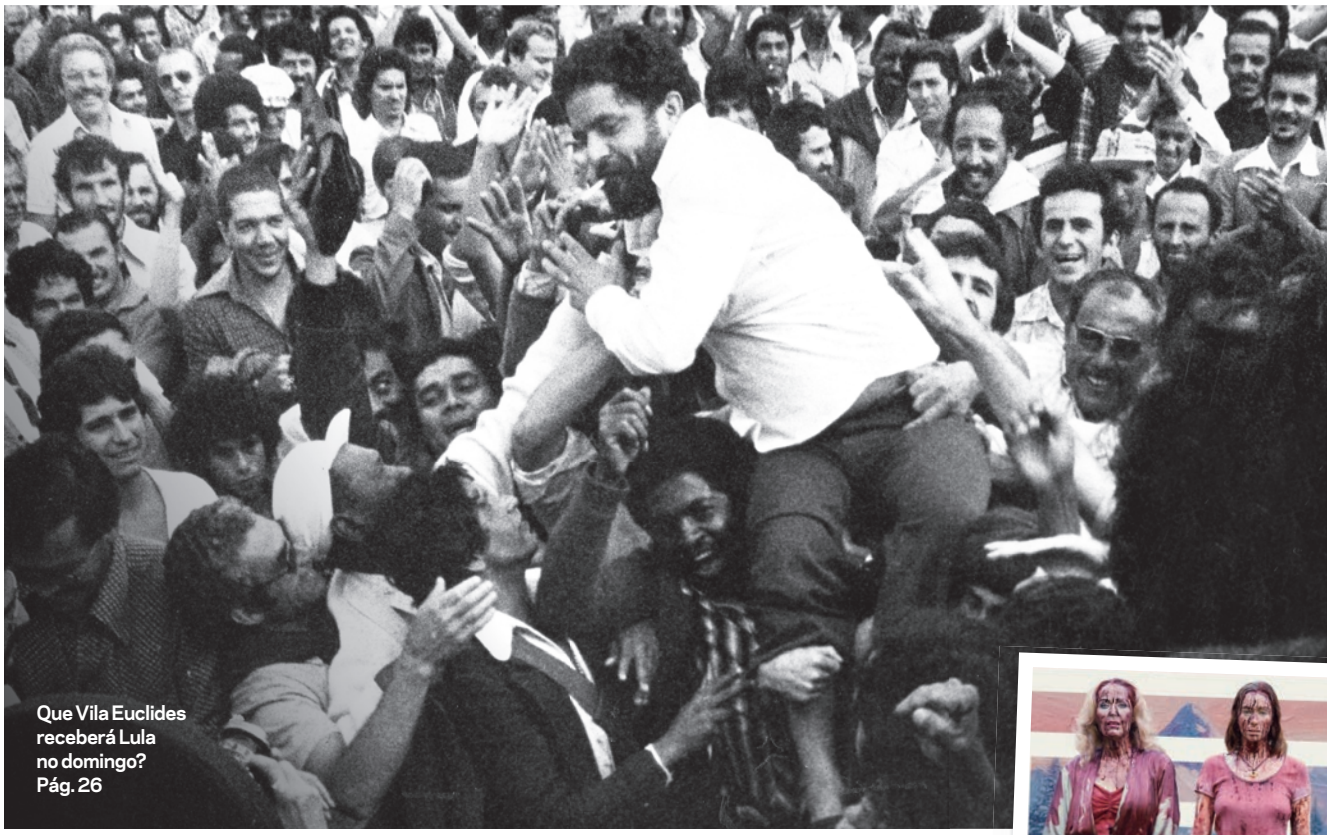
PRA MUDAR O MUNDO
TEM QUE TER AÇÃO

Ines249

AÇÃO DA CIDADANIA

Faça parte desse movimento.
Conheça os nossos projetos:
acaodacidadania.org.br

Ines249
CartaCapital
Tudo que importa para quem se importa
—
19 DE AGOSTO DE 2026 • ANO XXXI • Nº 1426



Que Vila Euclides receberá Lula no domingo? Pág. 26

6 BRASILIANA
8 A SEMANA

Seu País

22 ESCÂNDALO O delator do vice de Flávio se contradiz e se filia ao PL
26 DE VOLTA ÀS ORIGENS Lula abre a campanha no local que o fez sindicalista
29 PEDRO SERRANO
30 ENTREVISTA Patrus Ananias fala sobre as chances do PT em Minas
33 MARIA INÊS NASSIF
34 O ECO DA SOLIDÃO Flávio Bolsonaro amarga a falta de palanque no Nordeste
36 MACHOSFERA O voto feminino sofre ataque de grupos misóginos
38 VOZ DO POVO Sem a sociedade civil, a crise perpetua-se no Rio

Economia

40 MEIO AMBIENTE O BNDES prepara o maior leilão de crédito de carbono
44 PIB A economia mostra resistência, mas há quem aposte em recessão
47 ADALBERTO VIVIANI
48 SEBRAE Empresário goiano usa IA para organizar dados públicos e fiscalizar o poder

Nosso Mundo

50 PRESO PELO ICE O mineiro esquecido no Centro do Diabo conta seu drama
52 EUA Zohran Mamdani impulsiona candidatos realmente de esquerda
54 COLÔMBIA Terremoto ofusca a posse de Abelardo de La Espriella

Plural

56 OS NOVOS MONSTROS
O ESCRITOR GRADY HENDRIX E A CINEASTA JANE SCHOENBRUN RECRIAM, CRITICAMENTE, FILMES DE MATANÇA DOS ANOS 1980

60 ARTES Os 25 anos do Instituto Tomie Ohtake 63 SAÚDE *Por Drauzio Varella* 64 LIVRO Ailton Krenak recorre a Schauberger para honrar a inteligência da água 66 CHARGE *Por Venes Caitano*

12 O CONSENSO DE PEQUIM
OS EUA E A EUROPA ESQUECEM A CARTILHA NEOLIBERAL

Capa: Pilar Velloso, Evaristo Sá/AFP e Midjourney v8

ARQUIVO FOLHAPRESS E PLAN B/MUBI

CartaCapital

FUNDADOR: Mino Carta (1933 – 2025)

PUBLISHER: Manuela Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITORA-EXECUTIVA: Bruna Monteiro de Barros
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Amanda Queirós, Arthur Chioro, Arturo Hartmann, Augusto Diniz,Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, Carlos Minuano, Claudio Bernabucci (Roma), Claudio Couto, Drauzio Varella, Cristina Serra, Eduardo Magossi, Elnara Negri, Fábio Mascaro Querido, João Paulo Charleaux, Kelvin Falcão Klein, Leneide Duarte-Plon, Ligia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda, Maria Fernanda Vomero, Maria Inês Nassif, Marjorie Marona, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paula Sperb, Paulo Artaxo, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Renato Meirelles, René Ruschel, Riad Younes e Vladimir Safatle
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
DIRETOR DE CONTEÚDO: Rodrigo Martins
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Maiara dos Santos Marinho, Mariana Brasil Pinheiro de Oliveira, Vinicius Nunes Souza e Wendal Lima do Carmo
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor), Caio Godoy e Lola Magalhães (Editores)
ESTAGIÁRIOS: Danilo Roberto Silva Queiroz, João Victor Prado Sampaio e Kamille Soumaili
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BSB/RJ: Hera Mídia - Iandra Siqueira, (61) 98322 9994/ (19) 99818 8958, landrasiqueira@heramidia.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010 www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

O FATOR MENDONÇA

Os ministros indicados por Jair Bolsonaro ao STF e homologados pelo Senado, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, estão cumprindo bem o figurino político na mais alta Corte do País, tentando salvar o próprio bolsonarismo. Cometem esses ministros inconstitucionalidades, buscando interferir nos inquéritos e selecionando o que deve e o que não deve ser feito. Vemos, portanto, que Mendonça e Nunes Marques não agem como ministros, e sim como políticos a serviço do bolsonarismo até as próximas eleições.
Paulo dos Santos

REFLUXO

Será que essas informações chegam às escolas, permitindo notar o estrago que o moralismo de uma sociedade conservadora faz no futuro dos jovens?
José Antônio Barbosa

Tudo que envolve morte ou doença tem o dedo dos fundamentalistas e da extrema-direita. Não por acaso, a diminuição do número de campanhas de prevenção acontece ao mesmo tempo que crescem as bancadas das igrejas fundamentalistas e da extrema-direita. As mesmas que lideram as campanhas antivacina sem que nada seja feito. As doenças aumentam, as pessoas morrem e ninguém é punido. Há uma conivência com os discursos negacionistas.
Gustavo Bernardes

Importantíssimo falar em prevenção de qualquer doença, inclusive prevenção da infecção pelo HIV. Agora, não se usa mais o termo "contaminação". É inadequado. @cartacapital, corrijam por favor.
Mônica Gomes

O BAIXO CLERO RECUA (POR ORA)

Inacreditável para mim é como convivemos tão bem com esses cancros horrorosos no nosso organismo social. Os parasitas se infiltram facilmente no sistema, tornam-se famosos, riquíssimos, cheios de poder e não acontece absolutamente nada com eles. O que acontece de tempos em tempos são soluços, pequenos espasmos, escândalos fugazes. Um detalhe também bastante curioso é que nos contentamos em apontar o modelo de funcionamento dos assaltos, ao passo que pecamos horrorosamente na definição de prognósticos. Minha modestíssima solução: sistema fechado de votos e contundente valorização da responsabilidade partidária, ao contrário do personalismo político. Fica a dica para a redação de *CartaCapital* um amplo debate a respeito de reforma do sistema político.
Francisco Rocha

CEUTA E O CAMPO DOS SANTOS

O capitalismo, com sua eterna e crescente concentração de renda e privilégios, incentiva a desilusão coletiva. A extrema-direita aproveita esse terreno fértil para vender ilusões e, ao atingirem o poder, rapidamente mostram que nada têm a oferecer para a melhora da vida coletiva. A história demonstra que o fim de cada um desses ciclos exige uma guerra para rearranjar as expectativas.
Carlos Sufredini

"Por que você não volta para o Ceará?": vereadora do PL comete xenofobia contra colega do PT na Câmara de Curitiba. Detalhe: a vereadora da imagem também não é de Curitiba, nem do Paraná. É de Caçador, Santa Catarina.
Guilherme Pontes

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Ines249

O rei do bolão

Alessandro Montenegro acumula prêmios nas loterias federais e ganha fama nacional

POR ALLAN RAVAGNANI

HÁ QUEM PASSE a vida tentando decifrar a alquimia da sorte. Alessandro Montenegro parece ter achado um atalho. No domingo 9, enquanto milhões de brasileiros sonhavam ou sofriam à espera dos números da Mega-Sena, o cearense assistia ao sorteio com a serenidade de quem conhece a sensação. Só em 2026, o dono de uma casa lotérica no bairro da Aldeota, em Fortaleza, soma nove prêmios principais nas modalidades da Caixa, um prodígio para os clientes fascinados. Para Montenegro, trata-se de mera rotina. "A gente grava a venda ao vivo de segunda a sábado, no YouTube e no Instagram, e mostra o bilhete premiado assim que paga um prêmio", afirmou, após encher um pouco mais os bolsos. "Fora os prêmios principais, quase todo dia sai uma quina, uma quadra, uma aposta com 14 pontos na Lotofácil aqui dentro. Já é rotina pagar prêmio pra gente."

A sorte de Montenegro mudou ao assumir a lotérica da família em 2019, após a paralisação das obras de uma rodovia na qual trabalhava como operador de máquinas. Durante a pandemia, a primeira oportunidade passou diante de seus olhos. O comerciante não quis comprar uma das 35 cotas de um bolão premiado da Mega-Sena que ele mesmo havia montado. "Tinha outros sete bolões guardados no cofre da empresa, quase 22 milhões, e fiquei vendo aquelas 35 pessoas mudarem de vida", recorda. Daquele dia em diante, o empresário tomou uma decisão que mudou sua vida: nunca mais ficaria de fora dos bolões.

Só neste ano, até agora, foram nove premiações. A última, o bolão da Mega-Sena do domingo 9

O primeiro prêmio, da Lotofácil, saiu em maio de 2021. O ganho foi revertido em investimentos em tecnologia e a lotérica passou a vender apostas, via internet e WhatsApp, para o Brasil inteiro. Atualmente, 90% das vendas acontecem de forma remota e mais de 60% dos clientes moram fora do Ceará. A Aldeota fatura 57 milhões de reais por ano, emprega perto de cem funcionários e carrega o título de lotérica Número 1 do Brasil há seis anos seguidos. Quem vive em outras cidades e estados entra pelo WhatsApp, escolhe o bolão por foto e faz o pagamento via Pix. Montenegro registra o nome e o CPF do cliente no verso do bilhete e guarda o comprovante no cofre da empresa até a hora de sacar o prêmio.

O modelo tem relação direta com a fama de sortudo que virou a marca registrada do empresário. A Aldeota monta bolões com dezenas ampliadas, formato que multiplica as combinações possíveis, embora também resulte em um aumento no preço de cada cota. Montenegro faz questão de participar dos bolões que vende, hábito que o transformou em personagem fixo das listas de ganhadores da Caixa e rendeu, nas redes sociais, o apelido de rei do bolão.

A sequência de êxitos, em 2026, começou em maio, quando o comerciante despontou entre os vencedores de um prêmio da Mega-Sena de 168 milhões de reais, feito que ampliou sua fama no País. Em junho, veio o bolão vitorioso da Quina de São João de 27,2 milhões de reais. Nas semanas seguintes, dividiu com 31 apostadores a maior premiação paga pela Lotofácil em um concurso regular (14,4 milhões) e faturou um Dia da Sorte. No domingo 9, o concurso 3042 da Mega-Sena confirmou seu apelido. Um bolão de 15 dezenas organizado pela Aldeota acertou as seis dezenas e faturou 166,5 milhões de reais. Montenegro ficou com 1,66 milhão. A cota custava 405 reais, valor que, multiplicado pela premiação, virou uma das histórias mais comentadas do noticiário a respeito de loterias no País.

Com o novo resultado, a lotérica alcança a marca de 15 prêmios principais des-

Ines249

Além dos ganhos com apostas, o cearense fez da Aldeota a maior lotérica do País, com faturamento anual de 57 milhões de reais

ACERVO PESSOAL ALESSANDRO MONTENEGRO E PREFEITURA DE CHAPECÓ/LOTERIAS DA CAIXA

de que o empresário assumiu o negócio, entre eles três Mega-Sena, dez Lotofácil, um Quina de São João e um Dia de Sorte. Nove desses prêmios saíram só em 2026, ano mais premiado da trajetória da Aldeota. No acumulado, foram 555 milhões de reais distribuídos, com 730 ganhadores registrados e 235 novos milionários.

Em Fortaleza, a fama ultrapassou o bairro que dá nome à empresa. "Eu já era conhecido aqui, por ser dono da maior lotérica do Brasil, mas agora me param na rua, pedem foto, perguntam como fazem para entrar no bolão comigo", conta. O movimento na loja cresceu, com gente vindo de outros bairros só para tentar tirar uma casquinha do "rei do bolão". Quem duvida de tamanha sorte, ouve de Montenegro lições de matemática. "No site da Caixa tem lá, uma aposta simples da Mega-Sena tem probabilidade de uma em 50 milhões. Uma aposta de 20 dezenas cai para uma em 1.292", ensina. "Quando monto três bolões diferentes de 20 dezenas, a probabilidade desse conjunto é de uma em 430, como se o apostador estivesse concorrendo sozinho num auditório de 430 pessoas." Uma aposta individual de 20 dezenas custaria mais de 232 mil reais na lotérica. Dividida em cem cotas, o investimento de cada apostador fica na casa dos 3 mil.

Sorte ou técnica. Após ficar de fora de uma aposta coletiva premiada, o dono da lotérica em Fortaleza não deixa passar uma. Montenegro usa dezenas ampliadas

O negócio reflete uma mudança maior no setor. As quase 13 mil lotéricas brasileiras enfrentam, desde 2024, a concorrência das *bets* esportivas, negócio bilionário que disputa a atenção – e os caraminguás – dos apostadores. Em vez de reduzir sua operação, Montenegro investiu no atendimento remoto, na equipe de vendas e em bolões mais complexos. "Time que está ganhando não se mexe", resume, sobre os planos daqui para a frente. Está a todo vapor a venda dos bolões da Lotofácil da Independência, sorteio especial em 15 de setembro, cujo prêmio é estimado em 300 milhões de reais. Vai uma fezinha aí? •

Ines249

A Semana

Jornalismo/ Ano novo, cara nova

Ao completar 32 anos, *CartaCapital* rejuvenesce no visual e no conteúdo

Projetos editoriais também amadurecem. O segredo da longevidade está em manter a coerência das ideias e a firmeza dos princípios, mas, de vez em quando, sacudir a poeira e tomar um pouco de sol. É o propósito da sutil atualização gráfica operada com a costumeira elegância por **Pilar Velloso**, diretora de arte responsável pela reformulação anterior da revista. As adaptações, que passam a valer na edição da próxima semana, recuperam uma certa leveza desgastada pelo tempo e visam tornar mais agradável a leitura de temas frequentemente espinhosos.

As mudanças se dão em um momento simbólico. Este é o primeiro ano de *CartaCapital* sem a liderança de **Mino Carta**. Neste período de aprendizado e saudade, a equipe da editora, sob a batuta de **Manuela Carta** e **Mara Lúcia da Silva**, apoiadas por **Luiz Gonzaga Belluzzo**, tem se esforçado para manter intactos os preceitos que deram origem a esta publicação, delineados por um pequeno grupo de jornalistas em uma mesa na sala de estar do apartamento de Mino, poucos meses antes de a revista chegar às bancas, com periodicidade mensal, em agosto de 1994. Não sem solavancos, chegamos até aqui e esta é, antes de tudo, a prova de um projeto de sucesso. Sobrevivemos ao terremoto tecnológico, às transformações nos hábitos de consumo de notícias, à radicalização política e aos descaminhos do País. Ficar de pé tornou-se um ato de bravura e de compromisso com o Brasil. E, claro, resultado do apoio incondicional de nossos fiéis leitores, sem os quais teríamos soçobrado pelo caminho.

Atualizamos o vestuário, mas nossa essência continua intacta. Estão firmes os alicerces que sustentam esta editora, em todas as suas plataformas, e que formam a base do pensamento de Mino: fidelidade canina à verdade factual, exercício constante do espí-

A SEMANA 15.7.26

EUA/ Texto "Liberdade de expressão"

Sob a proteção de Trump, supremacistas brancos marcham em Washington completar linha fina

CAPA

A fraude da fraude

UMA DISPUTA JUDICIAL E UMA OPERAÇÃO DA PF PROVOCAM UMA REVIRAVOLTA NA INVESTIGAÇÃO DA LOJAS AMERICANAS

por CARLOS DRUMMOND

"O CONSELHO E OS CONTROLADORES NUNCA FORAM INVESTIGADOS", ARGUMENTA O ADVOGADO PAULO VIEIRA, DEFENSOR DE MIGUEL GUTIERREZ, EX-PRESIDENTE DA EMPRESA

Ines249

rito crítico e fiscalização implacável do poder onde quer que ele se manifeste.

Ao entrar no trigésimo segundo ano de vida, *CartaCapital* avança na integração multiplataforma. O objetivo é imprimir o DNA da revista em todos os canais, do site aos vídeos. A partir da segunda-feira 17, o *Direto da Redação* abordará diariamente, às 17 horas, no nosso canal do YouTube, os principais assuntos do dia, ao estilo desta publicação. Jornalistas e especialistas reconhecidos em suas áreas de atuação vão analisar os acontecimentos nacionais e internacionais de forma ágil, mas sem abrir mão da profundidade. Outras novidades estão a caminho. Quem estará à frente do processo de integração será o jornalista **Rodrigo Martins**, profissional com 20 anos de casa, alçado ao posto de diretor de conteúdo do site.

Apesar das ameaças internas e externas, *CartaCapital* está otimista e redobra a aposta no futuro. No nosso e no do Brasil.

FORA DA FARIA

A (con) fusão do século

UM TÍTULO TIRANDO A CURTO

UM TÍTULO UM POUCO MAIS LONGO PARA ESTA NOTA

8%

PARA FINALIZAR A COLUNA

Esta nota iria com uma breve linha fina para composição

BRASILIANA

NO PASSINHO DO JAMAL

CONCEBIDA POR UM AJUDANTE DE PEDREIRO DO RECIFE, A COREOGRAFIA VIROU UM FENÔMENO NAS REDES SOCIAIS E NA COPA DO MUNDO

Antes do megaevento esportivo, a dancinha já havia subido ao palco de Ivete Sangalo, Léo Santana e Péricles nono

PLURAL

O romance indomável

GRANDE SERTÃO Lançada há 70 anos, a obra de Guimarães Rosa segue a desafiar artistas que buscam levá-la aos palcos e telas

POR MARIA FERNANDA VOMERO

Com visual renovado, a revista mantém ereta a coluna do projeto editoral, enquanto avança na integração das plataformas

Ines249

A boquinha do PCO

Rui Costa Pimenta, presidente do PCO e candidato à Presidência da República, tornou-se alvo da Operação Causa Própria da Polícia Federal. Ele é investigado por suspeitas de desvio de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral e foi alvo de mandados de busca e apreensão motivados por inconsistências na prestação de contas ao tribunal eleitoral e repasses a gráficas e nomes ligados ao partido. Pimenta nega as acusações. Em nota, a legenda classificou a ação como "ilegal, antidemocrática, uma óbvia perseguição política e eleitoral e uma tática de intimidação".

Eleições/ Modelo ultrapassado

Os debates televisivos envelheceram, avalia Leonardo Avritzer

O rebaixamento do debate programático e o modelo envelhecido proposto pelas tevês estão no cerne do desinteresse crescente do eleitorado pelos debates, afirma o cientista político Leonardo Avritzer, coordenador do Observatório das Eleições

CartaCapital: Por que os candidatos têm se recusado a participar de debates?
Leonardo Avritzer: Esta é uma eleição muito rebaixada em termos de discussão de propostas. A tendência é de que estas eleições se centrem em questões fiscais, em alguns temas morais e nos assuntos internacionais, principalmente no caso do desrespeito do governo Trump.

CC: Os debates, no formato atual, ainda fazem sentido?
LA: É um formato envelhecido em um sentido muito específico. Aliás, tudo que diz respeito à televisão, em relação à política, está um pouco velho. Há uma reclamação a respeito do debate em São Paulo entre o governador Tarcísio de Freitas e o ex-ministro Fernando Haddad. Ele teria sido muito ideológico e com dados demais e isso não foi capaz de satisfazer o eleitor. Por outro lado, não há como não discutir dados e propostas. Talvez seja o caso de pensar em debates focados em temas mais específicos, em um formato com o qual os eleitores estão acostumados nas plataformas digitais.

Tarcísio de Freitas e Fernando Haddad se enfrentaram na Band

O plano era explodir a sede do governo, com o presidente dentro

Terrorismo/ O GOLPISMO SEGUE VIVO

GRUPO EXTREMISTA PLANEJAVA ATACAR O PALÁCIO DO PLANALTO

Um grupo que se comunicava pelo aplicativo Telegram tinha como objetivo invadir e explodir prédios públicos em Brasília. O principal alvo seria o Palácio do Planalto. A organização extremista foi descoberta pelo Cyberlab, laboratório de repressão a crimes cibernéticos do Ministério da Justiça. Os integrantes tinham mapas dos ministérios, do Congresso e do STF. De posse da planta baixa do Planalto, chegaram a planejar formas de entrar e sair do palácio. A intenção não seria apenas destruir, mas enviar ao País uma mensagem violenta e antidemocrática de "revolução" e "abolição do Estado". O grupo, considerado pelo Cyberlab como de alto grau de periculosidade, recruta novos integrantes em conversas no Telegram por meio de ideias neonazistas e de incentivo à violência. Participantes mais radicalizados são convidados para um grupo restrito, com cerca de 600 seguidores.

Ines249

Síria/ **Ditador sentenciado**

Bashar al-Assad é condenado à pena de morte à revelia

O ex-ditador sírio Bashar al-Assad foi condenado à pena de morte por crimes de guerra e contra a humanidade cometidos durante 14 anos de guerra civil no país. O julgamento em Damasco foi realizado à revelia, pois Assad está asilado em Moscou, para onde fugiu em dezembro de 2024, após ser derrubado. A sentença cita "assassinatos premeditados e intencionais de mais de uma pessoa e de crianças", além de "tortura e prisões arbitrárias". Também foram condenados à morte, à revelia, seis ex-comandantes militares, entre eles Maher al-Assad, irmão do ditador. Atif Najib, primo de Assad, foi levado ao tribunal em uma gaiola para ouvir sua sentença por crimes em Daraa, berço da revolta de 2011. O estopim para os conflitos que culminaram em 500 mil mortos pelo regime foram os protestos da Primavera Árabe, que pediam reformas políticas, liberdade e democracia na Síria. O fim da ditadura de Al-Assad acabou com uma era de mais de 50 anos da família no poder.

Assad se esconde em Moscou desde 2024

O ebola avança

A epidemia de ebola na República Democrática do Congo provocou até o momento 2.011 mortes entre os 4.381 casos confirmados, segundo o balanço oficial divulgado na terça-feira 11. A doença está concentrada em províncias do nordeste e do leste do país, onde a presença do Estado é limitada e as instalações de saúde não possuem recursos suficientes. A taxa de mortalidade chega a 45,9%. A tragédia aproxima-se dos números da epidemia mais letal que o país enfrentou, em 2020, quando morreram 2,3 mil pacientes.

Negacionismo/ **OS ANTIVACINA EM AÇÃO**

TRUMP RETIRA SEIS IMUNIZANTES DO CALENDÁRIO DOS EUA

Donald Trump segue sua cruzada contra a vida. Desta vez, o republicano retirou seis de 17 vacinas do calendário infantil norte-americano com base em alegações infundadas – e profundamente rejeitadas pela ciência – de que vacinas estariam ligadas ao aumento de casos de autismo e de mortes. A ordem executiva suspende a obrigação de as famílias imunizarem os filhos contra hepatites A e B, meningococo, vírus sincicial respiratório, rotavírus e gripe. A Organização Mundial da Saúde criticou a medida e afirmou que as orientações se apoiam em mais de 60 anos de pesquisa e em evidências científicas. Trump avança contra os imunizantes em meio ao maior surto de sarampo do país em 35 anos. Mesmo obrigatória, a procura pela tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba) está abaixo do nível que garante a proteção coletiva. E o surto não respeita fronteiras. Toda a chamada "Região das Américas" perdeu, em 10 de novembro passado, a certificação de zona livre de transmissão endêmica da doença. No Brasil, São Paulo corre para reforçar a vacinação da população de 6 meses a 59 anos e evitar que se alastre o surto ativo que acometeu 23 cidadãos.

O republicano volta a espalhar mentiras e a atacar a ciência

ANNA MONEYMAKER/GETTY IMAGES/AFP, AGÊNCIA SENADO, RENATO PIZZUTTO/BAND E MINISTÉRIO DO EXTERIOR DOS EMIRADOS ÁRABES

Ines249

A ordem do dragão

O SUCESSO CHINÊS LEVA O OCIDENTE A REVER SUAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

por PAULO GALA*

Há uma ironia histórica em curso na economia mundial que merece ser contada com calma. Durante três décadas, o mundo em desenvolvimento foi catequizado por uma cartilha batizada com o nome da capital norte-americana: o Consenso de Washington. Privatize, abra, desregule, deixe o mercado escolher os vencedores – e o desenvolvimento virá como consequência natural. Pois bem, em 2026, quem menos acredita nessa cartilha é justamente Washington. Os Estados Unidos tarifaram, subsidiaram, bloquearam exportações de tecnologia, compraram participações em empresas estratégicas e agora discutem abertamente a criação de um fundo soberano de investimento industrial. A Europa, tradicional guardiã das regras de livre concorrência, aprovou pacotes bilionários de subsídios verdes e digitais e impôs tarifas sobre carros elétricos chineses. O que emerge dessa grande reviravolta não é um novo Consenso de Washington, como muitos têm chamado. É, na prática, a vitória intelectual do Consenso de Pequim, a constatação de que estrutura produtiva importa, que o Estado precisa investir e coordenar, e que nenhuma potência sobrevive terceirizando sua indústria.

Sob a direção de Xi Jinping, a China aposta na tecnologia e na transição energética

PILAR VELLOSO E ISTOCKPHOTO E MAXIM SHEMETOV/POOL/AFP

O velho consenso

Vale recuperar o ponto de partida. O termo "Consenso de Washington" foi cunhado por John Williamson, em 1989, para sistematizar o receituário que o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Tesouro dos EUA recomendavam às nações em desenvolvimento: disciplina fiscal, liberalização comercial e financeira, privatizações, desregulamentação, proteção fraca à indústria nascente e a crença de que a me-

Ines249

O Império do Meio subverteu o Consenso de Washington e venceu a corrida da globalização ao adaptar as regras impostas pelos Estados Unidos

Ines249

lhor política industrial é não ter política industrial. A tese de fundo era ricardiana. Cada país deveria especializar-se em suas vantagens comparativas estáticas. Se a vocação da periferia era exportar soja, minério e petróleo, que assim fosse – o mercado mundial cuidaria do resto.

Nós, latino-americanos, fomos os alunos mais aplicados da turma. A Argentina seguiu a cartilha ao pé da letra nos anos 1990 e colecionou crises. A Rússia aplicou a terapia de choque e viveu uma década de colapso econômico e demográfico. O Brasil abriu sua economia de forma abrupta, sobrevalorizou o câmbio e assistiu ao início de uma desindustrialização precoce, da qual nunca mais se recuperou. A indústria de transformação, que chegou a representar mais de 25% do nosso PIB nos anos 1980, definhou para pouco mais de 10%. Nosso Índice de Complexidade Econômica despencou no *ranking* mundial. Trocamos máquinas, bens de capital e química fina por soja, minério de ferro e petróleo. Viramos uma economia que não aprende.

Enquanto isso, do outro lado do Pacífico...

E a China? A China leu a cartilha, agradeceu – e fez exatamente o contrário. Em 1990, o país exportava perto de 45 bilhões de dólares por ano. Em 2021, chegou a 3,6 trilhões, salto de 80 vezes em três décadas. Esse desempenho não foi obra do acaso nem de adesão ao receituário dominante. Enquanto o mundo em desenvolvimento era pressionado a privatizar em massa e abrir suas economias da noite para o dia, a China trilhou o caminho do planejamento estatal, do pragmatismo e das políticas industriais ativas.

O modelo combinou três elementos que sintetizam o que podemos chamar de Consenso de Pequim.

Primeiro, gradualismo: a transição da economia planificada para a economia de mercado deu-se pelo sistema *dual track*, mantendo cotas e planejamento nos setores estratégicos, enquanto o excedente ia para o mercado livre. Nada de terapia de choque.

EM VEZ DE ACEITAR A LÓGICA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS ESTÁTICAS, A CHINA CONSTRUIU VANTAGENS COMPETITIVAS DINÂMICAS

Segundo: Estado forte nos setores-chave, entre eles energia, telecomunicações, infraestrutura e bancos permaneceram sob controle estatal, funcionando como alavancas da estratégia nacional.

Terceiro, abertura seletiva: o capital estrangeiro foi bem-vindo, mas mediante contrapartidas – *joint ventures* obrigatórias, transferência de tecnologia, exigências de conteúdo local. O mercado a serviço da estratégia nacional, não o contrário.

ACERVO BANCO MUNDIAL, ARQUIVO CASA BRANCA OFICIAL, BRENDAN SMIALOWSKI/AFP E ISTOCKPHOTO

Ines249

Shenzen é o retrato da China futurista. Ao impor tarifas, Trump tenta reativar a in dústria norte-americana. Williamson cunhou o termo "Consenso de Washington". Deng Xiaoping colocou a economia chinesa em uma bissetriz diferente

A inspiração veio do próprio Leste Asiático. Deng Xiaoping visitou Cingapura nos anos 1980 e decidiu criar "várias Cingapuras" em território chinês, as Zonas Econômicas Especiais, verdadeiros laboratórios do milagre, com incentivos fiscais, terrenos subsidiados, infraestrutura de classe mundial e uma agressiva desvalorização cambial nos anos 1990 que tornou os produtos chineses imbatíveis. Em vez de aceitar a lógica das vantagens comparativas estáticas, a China construiu vantagens competitivas dinâmicas. Seu Índice de Complexidade Econômica saiu de -1,0 nos anos 1980 para território positivo nas décadas seguintes, com domínio crescente em eletrônicos, autopeças, painéis solares, baterias e veículos elétricos. Shenzhen, uma vila de pescadores, virou uma metrópole tecnológica de 15 milhões de habitantes. E o instrumental foi ficando cada vez mais sofisticado. Hoje são mais de 1,7 mil fundos de orientação governamentais, com quase 700 bilhões de dólares em capital, combinando estratégia centralizada com experimentação descentralizada. Assim nasceram CATL, LONGi, DJI, Huawei e BYD, que ultrapassou a Tesla em vendas globais, enquanto a China superava o Japão como maior exportadora de automóveis do planeta.

O caso de Shenzhen com a BYD é a miniatura perfeita do método. Ao determinar a eletrificação da frota de ônibus e táxis da cidade, o governo local deu à então emergente montadora demanda garantida, fluxo de caixa e aprendizado de produção que nenhum mercado ofereceria – enquanto as estatais de energia montavam a infraestrutura de recarga e as universidades formavam os engenheiros. Programas como o Made in China 2025 e o "Big Fund" de semicondutores elevaram essa lógica à escala nacional: metas explícitas de domínio tecnológico setor por setor, capital paciente estatal absorvendo o risco das fases iniciais e o setor privado competindo ferozmente nas balizas definidas pela estratégia. Não é economia planificada à moda soviética, nem livre mercado à moda de Chicago. É um Estado desenvolvimentista operando com instrumentos de mercado, a essência do Consenso de Pequim.

Ines249

A conversão dos EUA

O primeiro ato público da conversão norte-americana veio em abril de 2023, quando Jake Sullivan, então conselheiro de Segurança Nacional de Joe Biden, subiu ao púlpito da Brookings Institution e enterrou oficialmente o velho consenso. Sullivan reconheceu que a base industrial dos EUA havia sido esvaziada, que a crença de que "o tipo de crescimento não importava" fora um erro, e anunciou uma estratégia industrial moderna – investimentos públicos direcionados a setores fundamentais para o crescimento e estratégicos para a segurança nacional, nos quais o capital privado, sozinho, não faria os aportes necessários. O "CHIPS and Science Act" despejou dezenas de bilhões de dólares em subsídios para fábricas de semicondutores em solo norte-americano. O "Inflation Reduction Act" mobilizou centenas de bilhões em créditos fiscais para energia limpa, baterias e veículos elétricos. Os controles de exportação cortaram o acesso chinês aos *chips* mais avançados da nVidia e aos equipamentos de litografia. Política industrial, protecionismo tecnológico e segurança nacional fundidos num único pacote.

E o movimento só se aprofundou, atravessando, aliás, governos de partidos opostos, o que mostra que se trata

As montadoras chinesas ignoraram os motores de combustão e apostaram na eletrificação. Hoje, são as maiores exportadoras de veículos. A nVidia, dos EUA, depende do fornecimento de terras-raras

O ESTADO NORTE-AMERICANO VOLTOU A AGIR COMO ACIONISTA, COMPRADOR E PLANEJADOR

de mudança estrutural, não de capricho ideológico. Sob Trump, as tarifas viraram instrumento universal de política econômica, e Washington passou a fazer o que seria impensável dez anos atrás: tomar participações acionárias diretas em empresas estratégicas, de mineradoras de terras-raras a fabricantes de *chips*, além de reter *golden shares* em operações sensíveis. O Estado norte-americano voltou a agir como acionista, comprador e planejador.

Na *Foreign Affairs* de julho último,

LUDOVIC MARIN/AFP, BIBLIOTECA DO CONGRESSO EUA, REDES SOCIAIS E JADE GAO/AFP

Ines249

Sullivan propôs a criação de um Fundo de Investimento Estratégico para coordenar os instrumentos de política industrial e tecnológica, com o recado direto de que isenções fiscais e tarifas, sozinhas, não levam à reindustrialização. O mais notável é o arcabouço teórico. Sullivan resgata Alexander Hamilton e seu *Relatório sobre Manufaturas* de 1791, para lembrar que, desde a fundação, os Estados Unidos trataram o crédito público como instrumento de soberania. Lembra a "Reconstruction Finance Corporation" dos anos 1930, que construiu milhares de fábricas depois transferidas ao setor privado, e o papel do programa *Minuteman* e das missões Apollo na criação do ecossistema de semicondutores – o Estado como comprador de primeira instância, o mercado como consequência. E faz o diagnóstico de que a teoria da complexidade econômica sempre sustentou. Quando um setor de fronteira é perdido, é dificílimo reconstruí-lo, porque capacidades produtivas são como tecidos vivos que se degradam quando param de ser exercitados. Cada decisão individual de *offshoring* fazia sentido isolada. Somadas, corroeram o núcleo produtivo da nação. O mercado de capitais mais sofisticado do mundo foi otimizado para retornos rápidos e risco diversificável – e por isso mesmo subinveste cronicamente em usinas nucleares, fábricas de *chips* e refinarias de terras-raras, exatamente o que sustenta o poder estratégico de um país.

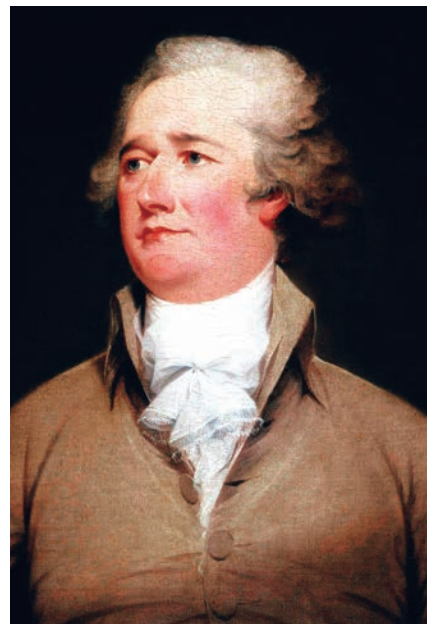
Repare no espelho: fundos de orientação, compras públicas garantindo demanda, financiamento absorvedor de risco, participações estatais em campeãs nacionais. É a gramática de Pequim escrita com sotaque norte-americano.

A Europa corre atrás

A conversão europeia é ainda mais reveladora, pois a União Europeia construiu sua identidade econômica em torno das regras de concorrência e da proibição de ajudas estatais. Essa arquitetura tem sido desmontada peça por peça. O "European Chips Act" mobilizou dezenas de bilhões

Sullivan, ex-conselheiro de Biden, sugere um fundo de investimento estratégico

de euros para dobrar a participação europeia na produção mundial de semicondutores. O "Green Deal Industrial Plan" e o "Net-Zero Industry Act" flexibilizaram as regras de subsídios para acelerar a manufatura de tecnologias limpas em solo europeu, numa resposta explícita ao IRA norte-americano e ao domínio chinês. O "Critical Raw Materials Act" estabeleceu metas de extração, processamento e reciclagem de minerais estratégicos para reduzir a dependência da China. Os grandes projetos de interesse comum europeu – os IPCEIs – canalizaram



Hamilton lançou em 1791 o *Relatório sobre Manufaturas*, marco da expansão dos EUA

subsídios coordenados para baterias, hidrogênio e microeletrônica. E Bruxelas, guardiã do livre comércio, impôs tarifas compensatórias sobre veículos elétricos chineses, acusando Pequim de subsidiar sua indústria – o que é verdade, e é justamente o ponto, os subsídios funcionaram.

O documento que mais bem sintetiza o espírito do tempo na Europa é o *Relatório Draghi* sobre competitividade, de 2024. Mario Draghi, ex-presidente do Banco Central Europeu, dificilmente um heterodoxo de carteirinha, diagnosticou que o continente ficou para trás em produtividade e inovação, e receitou investimentos anuais adicionais da ordem de 750 bilhões a 800 bilhões de euros, algo próximo de 5% do PIB europeu, além de política industrial coordenada, compras públicas estratégicas e financiamento comum. Quando o *establishment* de Frankfurt e Bruxelas fala em mobilizar poupança continental para objetivos industriais definidos politicamente, o velho consenso não mora mais ali. A Alemanha, que elevou a austeridade à cláusula constitucional, reformou seu freio da dívida para bancar centenas de bilhões em infraestrutura e defesa. A França fala abertamente em soberania industrial e autonomia estratégica. O tabu acabou.

A ironia final e a lição para o Brasil

Eis, portanto, o quadro completo: os Estados Unidos e a Europa adotando, cada um a seu modo, os instrumentos que a China usou para se tornar potência industrial – os mesmos instrumentos que Washington passou 30 anos proibindo à periferia. O Consenso de Pequim venceu não porque a China o exportou como doutrina, mas porque os resultados falaram mais alto do que a teoria. Não há hoje potência relevante que trate estrutura produtiva como detalhe irrelevante. Reindustrializar deixou de ser escolha ideológica para virar condição de sobrevivência estratégica.

A ironia amarga é que os países que mais precisariam abandonar a velha car-

Ines249

tilha são aqueles que continuam agarrados a ela. A América Latina segue presa à armadilha dos recursos naturais: câmbio cronicamente sobrevalorizado pelas *commodities*, doença holandesa corroendo a competitividade industrial e uma elite econômica que ainda repete o catecismo de que "o Estado deve apenas regular", doutrina que o próprio país que a exportou acaba de jogar no lixo. O Brasil, décima economia do mundo, discute política industrial com a timidez de quem pede desculpas, enquanto norte-americanos, europeus e chineses disputam a fronteira tecnológica com fundos soberanos, compras públicas e subsídios trilionários.

E não se trata de nostalgia da substituição de importações, é bom que se diga. A boa política industrial do século XXI, aquela que Sullivan propõe, a que Draghi desenha, a que Pequim pratica há décadas, não é fechar a economia e proteger a ineficiência para sempre. É identificar setores estratégicos, garantir demanda e financiamento paciente nas fases em que o capital privado não entra, exigir contrapartidas de desempenho e exportação, e deixar a concorrência fazer a seleção dentro das balizas da estratégia. A Coreia do Sul fez isso com seus *Chaebols* exportadores, a China, com suas campeãs disciplinadas por metas, os EUA, com a Darpa, a Nasa e, agora, com a proposta de um fundo estratégico. O Brasil tem os ativos para jogar esse jogo: Embraer, complexo agroindustrial sofisticado, Sirius, capacidade instalada em energia limpa que o mundo inteiro inveja, mercado interno continental. O que falta não é ativo, é estratégia, a decisão política de tratar a estrutura produtiva como questão de Estado, atravessando governos, como fazem todos os que estão vencendo.

A economia da complexidade nunca deixou de afirmar o que agora virou consenso global: países ricos são ricos porque produzem coisas sofisticadas, e ninguém sobe a escada tecnológica sem um Estado capaz de planejar, investir e aprender. O que a China faz com seus fundos de orientação, o que os EUA propõem com o fundo

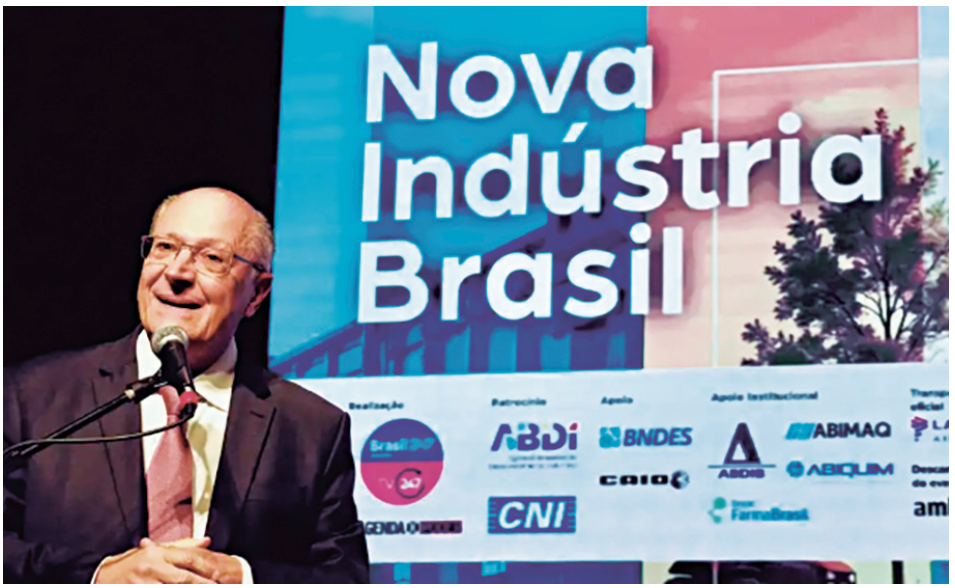
Ines249

Os líderes europeus tateiam caminhos. Draghi propõe investimentos públicos pesados para tirar o continente do atraso. O Brasil tem a Embraer como exemplo. Alckmin no lançamento do programa NIB, passo tímido

estratégico de Sullivan, o que a Europa desenha com o *Relatório Draghi* – tudo isso é a mesma lição contada em três línguas. A pergunta que fica para nós é a de sempre: vamos finalmente aprender ou seguiremos a ser uma economia que não aprende?

E aqui vale ser justo com o Brasil: o diagnóstico já não é o problema. Temos hoje uma Nova Indústria Brasil desenhada por missões, à moda de Mariana Mazzucato, com metas de neoindustrialização em saúde, defesa, agroindústria, transição energética e digitalização. Temos o BNDES e a Finep de volta ao jogo com centenas de bilhões anunciados, um complexo econômico-industrial da saúde tratado como questão de soberania depois da pandemia, e uma nova lei de licitações que finalmente permite usar o poder de compra do Estado como instrumento de desenvolvimento tecnológico. O vocabulário está correto. O problema é que a política industrial brasileira opera em uma macroeconomia que a contradiz todos os dias. De que adianta oferecer crédito direcionado para uma fábrica de semicondutores se o título público paga juro real entre os mais altos do planeta, sem risco e com liquidez diária? De que adianta subsidiar manufatura avançada se o câmbio, empurrado pelo *boom* de *commodities*, torna qualquer bem industrial brasileiro caro em dólar antes mesmo de sair da linha de montagem? A China desvalorizou o yuan e manteve crédito barato e paciente por três décadas. A Coreia fez o mesmo. Nenhuma política industrial sobrevive a uma macroeconomia que premia o rentismo e pune quem produz. Doença holandesa e juro alto são, no fim, a nossa política industrial de fato, só que às avessas.

O BRASIL DISCUTE POLÍTICA INDUSTRIAL COM A TIMIDEZ DE QUEM PEDE DESCULPAS



Falta ainda o segundo ingrediente, e talvez o mais difícil: disciplina. O que distinguiu o Leste Asiático não foi o subsídio – subsídio a América Latina também deu, e muito. Foi a contrapartida. O crédito era barato, mas condicionado a desempenho exportador. A proteção era generosa, mas temporária e com prazo de validade. Quem não performava perdia o benefício. Aqui, historicamente, protegemos sem cobrar. Da Lei de Informática ao regime automotivo, garantimos reserva de mercado e renúncia fiscal sem exigir escala, exportação ou domínio tecnológico, e o resultado foi ineficiência cara e permanente. O Consenso de Pequim que os norte-americanos agora copiam não é "o Estado gastador", é "o Estado que escolhe, financia, compra... E cobra". E os dados de complexidade nos dizem com precisão onde escolher: não em qualquer setor, mas naqueles adjacentes às capacidades que temos, o que no nosso caso significa aeronáutica, bioeconomia amazônica, fármacos e imunobiológicos, defesa, máquinas agrícolas, química verde, minerais críticos processados aqui, não embarcados brutos. Embraer, Embrapa e Petrobras não nasceram de um plano de quatro anos, nasceram de decisões de Estado sustentadas por décadas, atravessando governos, ideologias e crises. É exatamente isso que hoje fazem chineses, norte-americanos e europeus, cada um a seu modo, todos com a mesma partitura. •

**Professor da FGV-SP, foi economista-chefe, gestor de fundos e CEO de instituições financeiras.*

AGÊNCIA BRASIL, EMBRAER, PALÁCIO CHIGI/GOVERNO DA ITÁLIA E JEWEL SAMAD/AFP

Ines249

Keynes e Descartes

O INGLÊS SUBVERTEU OS MODELOS DA "ECONOMIA DAS CERTEZAS", QUE ENGESSAM A CAPACIDADE DE OBSERVAR

por MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Quem procura conhecimento, procura saber mais. Essa correlação só acontece se você procura conhecimento livre de dogmas, doutrinas e certezas. Saber mais requer algumas características: ceticismo, inconformismo e incomodação. A busca pelo conhecimento tem começo, mas não tem fim, exige ter mais dúvidas do que certezas. Sempre duvide das certezas ou verdades absolutas.

Hegel invocou René Descartes e disse que o pensador iluminista "começou do zero, do universal, do pensamento como tal, e que esse é um novo e absoluto começo.

"A afirmação de que o começo deve ser construído a partir do pensamento apenas ele expressou, dizendo que devemos duvidar de todas as coisas – de *omnibus est dubitantur*, não no ceticismo, como se devêssemos permanecer sempre em dúvida, na completa indecisão da mente."

A dúvida cartesiana, ao contrário, significa que devemos renunciar a qualquer pressuposto ou ideia preconcebida, mas começar pelo pensamento como único início seguro.

O primeiro ponto, portanto, é que não devemos fazer pressuposições. Descartes afirma que "nossos sentidos são frequentemente enganados pelo mundo sensível e não devemos supor que a experiência é segura".

John Maynard Keynes tem uma característica pessoal: a humildade e a autocrítica. Sem medo de errar, Keynes é seu principal crítico. Esse tom de personalidade de um pensador e filósofo moral como ele é condição necessária e suficiente para entender sua obra.

A BUSCA PELO CONHECIMENTO TEM COMEÇO, MAS NÃO TEM FIM, EXIGE DUVIDAR DAS VERDADES ABSOLUTAS

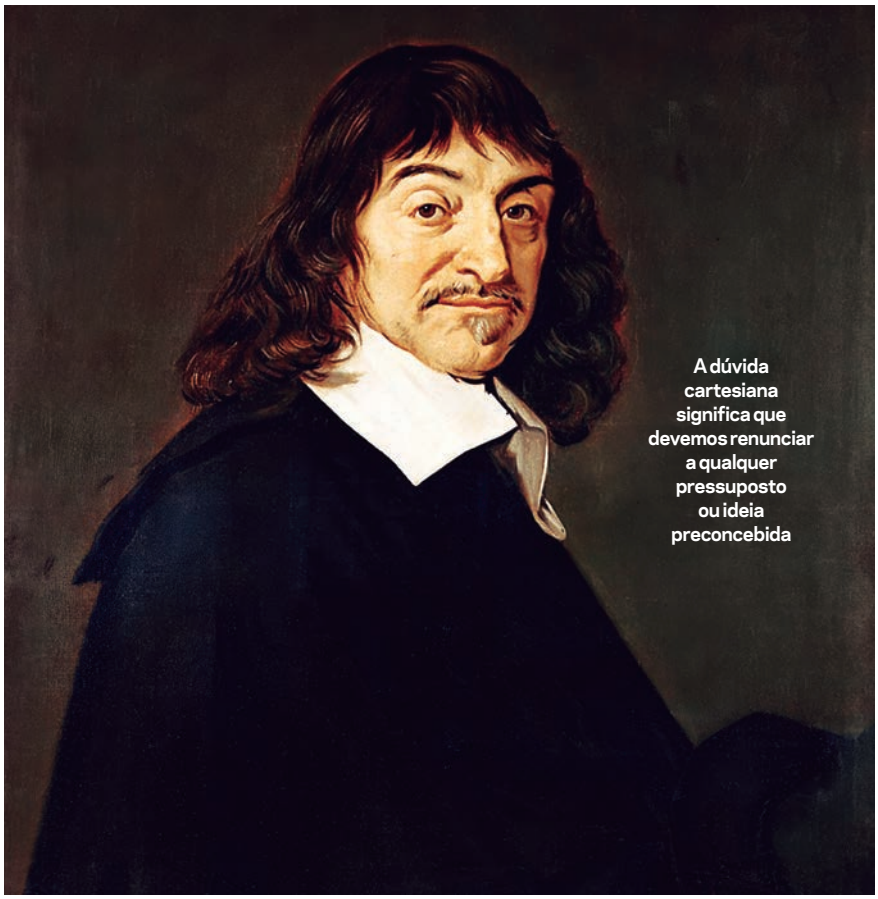
Rotular Keynes como apenas um ou mais um economista é um reducionismo da turba que prega verdades incontestes, não tem dúvidas e vive fantasiada de cientista algébrico. Típica forma de viver e pensar dos dogmáticos, crentes e doutrinários. Tudo o que Keynes nunca foi.

Em 2026, comemoramos 90 anos não de sua única obra, mas da derradeira, a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

Essa obra de 1936 não mudou só a forma de ver a economia como um todo, mas é um exercício sobre a forma de pensar e de conceber as relações constitutivas da assim chamada "ciência econômica

O que mais chama atenção nessa obra é, muito além de criar conceitos como a desutilidade marginal e uma de suas maiores sacadas, a eficiência marginal do capital e a incerteza incontornável que afeta as decisões dos agentes econômicos. Além de exímio matemático e estatístico, Keynes desenvolve a capacidade de criti-

Ines249



A dúvida cartesiana significa que devemos renunciar a qualquer pressuposto ou ideia preconcebida

ISTOCKPHOTO

car e suplantar as certezas que imobilizam a mente dos economistas ortodoxos.

Ele inverte a ordem do processo de conhecimento abrigado nos modelos da "economia das certezas". Modelos que engessam, inibem a capacidade de observar e desenvolver a criatividade dubitativa. A especialização dogmática é uma cruel inimiga do desenvolvimento das ideias: *omnibus dubitator*.

Keynes, em 1925, no artigo *Am I a Liberal?* expõe as desconfianças que impulsionam suas dúvidas:

"Agora, veja o meu próprio caso – onde cheguei neste teste negativo? Como eu poderia me tornar um conservador? Eles não me oferecem comida nem bebida – nem consolo intelectual nem espiritual. Eu não deveria ser divertido, animado ou edificado. Aquilo que é comum à atmosfera, à mentalidade, à visão de vida do – bem, não mencionarei nomes – não promove nem o meu interesse pessoal nem o bem público. Isso não leva a lugar nenhum; não satisfaz nenhum ideal; não está de acordo com nenhum padrão intelectual; nem sequer é seguro ou projetado para preservar, dos espoliadores, o grau de civilização que já alcançamos.

"Metade da sabedoria dos manuais de nossos estadistas baseia-se em suposições que antes eram verdadeiras ou parcialmente verdadeiras, mas que o são cada vez menos. Temos de inventar uma nova sabedoria para uma nova era. E, nesse ínterim, devemos, se quisermos fazer algum bem, parecer heterodoxos, problemáticos, perigosos e desobedientes àqueles que nos geraram".

Keynes prossegue em seu propósito de escapar das velhas ideias: "Mudamos, sem perceber, nossa filosofia de vida econômica, nossas noções do que é razoável e do que é tolerável; e fizemos isso sem alterar nossa técnica ou nossas máximas de manual. Daí nossas lágrimas e problemas".

Sua caminhada em direção à *Teoria Geral* evidencia traços de inconformismo e de uma busca incessante de conhecimento.

Ao introduzir as convenções como "fundamentos" das decisões dos detentores de riqueza em condições de incerteza radical, Keynes trouxe para o âmago da economia a complexidade e a precariedade da condição humana investida em sua existência capitalista: ela necessita de âncoras sociais e subjetivas para sua reprodução. A âncora que sustenta as ariscas subjetividades submetidas aos ditames do "amor ao dinheiro" está lançada, sim, na areia movediça das incertezas insuperáveis da vida humana. Keynes introduz, assim, na teoria econômica, as relações complexas entre Estrutura e Ação, entre papéis sociais e sua execução por indivíduos convencidos de sua liberdade e autodeterminação.

Diante da incerteza radical, os detentores de riqueza são compelidos a tomar decisões com base em convenções quanto às perspectivas da economia. Keynes sugere que as decisões individuais dos agentes só podem apoiar-se no que imaginam serem as opiniões dos demais.

As convenções desempenham, na economia monetária da produção, um papel especialmente importante na formação de preços dos ativos, reais e financeiros – que descontam seus rendimentos esperados à taxa monetária de juros submetida às oscilações da preferência pela liquidez. Na perspectiva keynesiana, essas decisões intertemporais não têm bases firmes, isto é, não há "fundamentos" que possam livrá-las da incerteza radical em que os proprietários de riqueza estão mergulhados.

No Capítulo XII da *Teoria Geral*, os concursos de beleza promovidos pelos jornais servem de exemplo para ilustrar a formação de convenções nos mercados de ativos. Os leitores são instados a escolher os seis rostos mais bonitos entre uma centena de fotografias. O prêmio será entregue àquela cuja escolha estiver mais próxima da média das opiniões. Não se trata, portanto, de apontar o rosto mais bonito na opinião de cada participante, mas sim de escolher o rosto que mais se aproxima da opinião dos demais. •

Ines249

Chantagem e segredos

ESCÂNDALO O jogo de Luiz Antonio Lopes na denúncia de estupro de vulnerável contra Alfredo Gaspar, vice de Flávio

POR ANDRÉ BARROCAL

Está nas mãos de Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, a decisão capaz de esclarecer uma acusação gravíssima contra o deputado Alfredo Gaspar, do PL de Alagoas. O escolhido para ser vice na chapa presidencial de Flávio Bolsonaro cometeu ou não estupro de vulnerável, ou seja, fez sexo com uma menor de 14 anos? Pelo artigo 217-A do Código Penal, esse crime é punível com prisão por um período de dez a 18 anos, e não importa que o acusado alegue ter havido consentimento da vítima. A Polícia Federal pede desde abril para investigar o caso. Antes de autorizar ou negar, Mendes quer ouvir o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e este requereu à PF diligências preliminares antes de se manifestar. No início de agosto, o juiz enviou a solicitação de Gonet à polícia e, também, àqueles que em março acionaram a PF, o deputado Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, e a senadora Soraya Thronicke, do PSB de Mato Grosso do Sul.

A permissão de Mendes para o inquérito pode esclarecer outra acusação, surgida nos últimos dias e que deixou Farias exposto, graças a um sujeito que o petista descreve como "picareta estelionatário". Luiz Antônio Lopes é um bolsonarista fanático, extremista. Filiou-se ao PL de Flávio e Gaspar há pouco mais de três meses, sonha em trabalhar em um governo anti-Lula. Segundo ele, o deputado petista teria fabricado artificialmente, e com dinheiro, a denúncia de estupro contra Gaspar. Há pistas de que Lopes esteja ele próprio por trás da desventura do alagoano, que jura jamais ter tido relação sexual com menores. Prendê-lo e quebrar seus sigilos bancário e comunicacional seria um caminho para desfazer dúvidas e mistérios sobre quem mente e quem fala a verdade. Idem um teste de DNA de Gaspar e da filha do alegado estupro. Sim, pois do crime do então chefe do Ministério Público de Alagoas teria nascido uma menina hoje com 8 anos, cujo paradeiro teria sido, primeiro, Minas Gerais e, agora, a cidade de Vassouras, a 120 quilômetros do Rio.

Fanático. Lopes é mitômano, bolsonarista extremista e, tudo indica, alguém disposto a achacar todos os lados

EVARISTO SÁ/AFP E REDES SOCIAIS

Lopes tem uma sorveteria no Shopping Jardim Guadalupe, na Zona Norte da capital fluminense. Em redes sociais, em especial na Kwai, publica vídeos espantosos que revelam sua fixação por dois personagens. Um é Farias. O outro, o juiz algoz dos golpistas de 8 de janeiro de 2023. "Queremos Alexandre de Moraes preso e executado", afirma em um vídeo. Sobre o magistrado, fez uma "promessa": "Vou cortar a sua cabeça e desfilar com ela por toda Brasília fincada na ponta de uma baioneta". Lopes é um dos insurrectos de 8 de janeiro, tinha estado em Brasília no dia. Segundo ele, Farias e a deputada Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná, teriam estado "pelos corredores" do poder na ocasião, afirmação destinada a alimentar a *fake news* de que a insurreição seria uma armação do lulismo. Outra mentira: a dupla petista e mais dois ex-deputados (Jean Willys, do PSOL, e Manuela D'Ávila, ex-PCdoB e hoje psolista) teriam sido os responsáveis pela facada em Bolsonaro em 2018. Farias, comenta Lopes em um vídeo, "vai comigo na minha urna, no meu caixão".

Quanto às paixões político-partidárias do comerciante, há um vídeo exemplar: "Existe um plano aí, do próprio presidente, o nosso presidente Flávio, de me colocar no GSI". O Gabinete de Segurança Institucional é o respon-

Ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26
Campanha. O presidente Lula volta à Vila Euclides, onde tudo começou

Suspeita. Gaspar, escolhido pelo 01 por falta de alternativa, nega o crime e se dispõe a fazer um teste de DNA

Ines249

sável pela segurança presidencial. Flávio é, claro, o filho "zero um" de Bolsonaro. Em 30 de abril, Lopes filiou-se ao PL do Rio, uma semana após dar à polícia da Câmara dos Deputados um depoimento contra Farias. Segundo ele, um assessor do petista teria pago para uma jovem chamada Marcela Maria Mendes passar-se por outra mulher perante uma jornalista. Marcela deveria contar que havia feito sexo com Gaspar aos 13 anos e que dessa relação havia nascido uma menina, hoje de 8 anos. Marcela deveria sumir após a entrevista, para que o relato não pudesse ser posto à prova por meio de um exame de DNA, por exemplo.

Uma jornalista da revista *Piauí* de fato entrevistou uma jovem que relatou o passado sexual de Gaspar. Foi na época da CPI do INSS, cujo relator era o deputado do PL. A história do alegado estupro veio à tona no último dia da comissão parlamentar de inquérito, 27 de março. Gaspar começou a ler o relatório, uma peça contra o governo Lula e favorável à gestão Bolsonaro. Farias irritou-se: "Eu não vou ficar perdendo tempo aqui". Gaspar comentou em seguida, provocativamente, em alusão à menção do petista por delatores de uma empreiteira na Operação Lava Jato: "Deputado 'lindinho', deputado 'lindinho', não estamos falando de Odebrecht, calma". O petista devolveu: "Seu estuprador!" Dali em diante foi o caos na CPI, que terminou com a rejeição do relatório de Gaspar.

No depoimento à polícia da Câmara, gravado em vídeo e disponível no YouTube, Lopes diz que a acusação feita na CPI contra Gaspar levou-o a cooptar Marcela para descobrir detalhes da trama contra o deputado de Alagoas. No início de março, antes do fim da CPI, a jovem teria conversado na praça de alimentação do shopping da sorveteria de Lopes com gente que aparentava não ser da comunidade local. O comerciante teria encarregado um funcionário da sorveteria, Rodrigo Freitas, de averiguar o que era aquela conversa. Detalhe: Freitas mora nos fundos da casa da avó de Marcela, conforme Lopes. O funcionário teria ouvido da vizinha o relato sobre se passar por outra. E contou a Lopes. Este diz que, após ter visto na mídia a acusação contra Gaspar, resolveu contratar Marcela para saber mais sobre ela ter sido paga para fingir. E até teria colocado a própria conta bancária à disposição de Marcela, para ela receber o dinheiro pela farsa.

> Só uma investigação vai esclarecer os meandros da trama

O depoimento de Lopes foi enviado, em maio, ao Supremo, onde repousa o pedido da Polícia Federal para investigar a acusação de estupro contra Gaspar. O comerciante falou à Polícia Legislativa por obra do deputado. Marise Soares Pena, assessora do gabinete do alagoano, fez um Boletim de Ocorrência em 14 de abril, no qual dizia haver sido procurada por Lopes e que este sabia de uma trama contra Gaspar. Farias acusa a polícia da Câmara de tê-lo investigado ilegalmente, pois um parlamentar só pode ser alvo de apurações pela PF em processo no Supremo. A Câmara diz que, após a menção ao deputado petista no depoimento, mandou o caso ao STF e não tomou mais pro-

Pêndulo. Os rumos da investigação dependem de Gilmar Mendes, do STF. O juiz encaminhou à PF um pedido do Ministério Público de mais apuração

Ines249

Alvos. Lindbergh Farias e Soraya Thronicke teriam sido vítimas de uma tentativa de extorsão de Lopes

ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO; MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO E LUIZ SILVEIRA/STF

vidências. A PF tem em mãos imagens de conversas por escrito, via celular, em que Lopes chantageia o petista e a senadora Thronicke. O *print* mostra a cobrança de 1 milhão de reais, aponta os dados bancários para depósito e cita Lopes. Sem o pagamento, "teremos 2 parlamentares muito enrolados", afirma a mensagem. A PF tem ainda a cópia de um *e-mail* enviado ao gabinete da parlamentar que seria o pontapé inicial da chantagem.

Extorsão é crime punível com prisão de quatro a dez anos, conforme o artigo 158 do Código Penal. Será uma das linhas de investigação da PF, caso Gonet entenda que o caso merece apuração e Mendes concorde. Outra linha seria de "fraude processual", delito previsto no artigo 347, com penas de três meses a dois anos. A "fraude" estaria caracterizada na tentativa de ocultar das autoridades o suposto estupro cometido por Gaspar. Na época da CPI, o deputado rebateu a denúncia ao contar a história de um primo. Este teria, aos 15 anos de idade, feito sexo com uma mulher de 21 e dessa relação nascido uma menina, Lourilene Pereira da Silva, reconhecida pelo pai após um teste de DNA em 2014. O deputado ofereceu à Procuradoria-Geral o próprio material genético, a fim de provar inocência no caso do alegado "estupro".

A denúncia recebida em março pela PF não tem relação com Lourilene. O nome da vítima do estupro começa com a letra "J" e a filha dela, com a letra "E". "J" teria sido doméstica na casa de Gaspar e, por ser menor quando da gravidez, coube à mãe dela registrar "E" em cartório. O nome completo de "E", sua data e local de nascimento estão em posse da PF. Mãe e filha teriam sido retiradas de Alagoas após o nascimento de "E", para não causar problemas a Gaspar. O primeiro destino teria sido Minas Gerais e o atual, Vassouras. "E" não frequenta escola, ela e a mãe viveriam de dinheiro enviado todo mês pelo deputado. Entre elas e Gaspar haveria um intermediário, Luiz Antônio Lopes. Seria esse o real papel de Lopes, não o de alguém que teria sabido da história por acaso, a partir de uma conversa acompanhada de longe na praça de alimentação de um shopping.

Segundo relatos em Brasília, Lopes teria tentado arrancar um extra de Gaspar, ao perceber a notoriedade do deputado durante a CPI do INSS. Teria sido ele a fazer chegar a jornalistas a informação sobre "E". Depois de soprar à mídia, Lopes teria arrancado 70 mil reais de Gaspar e negociava o recebimento de mais 400 mil. Os pagamentos, caso verdadeiros e caso tenha havido "estupro de vulnerável" pelo deputado, caracterizariam o ilícito de "fraude processual". E na hipótese de "L" e "E" serem mantidas escondidas contra a vontade, haveria mais um delito, sequestro mediante cárcere privado, punível com prisão de um a três anos, conforme o artigo 148 do Código Penal.

Nos últimos dias, Lopes disse a alguns jornalistas ser verdade a paternidade de Gaspar oriunda de estupro de vulnerável. Mas também insistiu na versão de que Farias teria fabricado a acusação contra o alagoano. Nos dois casos, não apresenta prova de nada, o que reforça a necessidade um inquérito policial para esclarecer tudo. *CartaCapital* tentou contato com o comerciante, mas não o localizou. •

Ines249

O começo e o fim

ELEIÇÕES O presidente Lula escolhe a Vila Euclides, onde se projetou como sindicalista, para iniciar a última campanha

POR CARLOS MINUANO

No domingo 16, o presidente Lula dará início à sua sexta e derradeira campanha presidencial em seu berço político. A caminho de completar 81 anos de idade, o petista não escolheu por acaso a Vila Euclides, palco da maior greve dos metalúrgicos, entre 1979 e 1980, e mais simbólico movimento de resistência à ditadura. Lula quer lembrar aos eleitores, em especial aos mais jovens, que ele e o PT vicejaram sob a bandeira da contestação, da crítica ao sistema, que a extrema-direita hoje tenta capturar. "É como se a gente estivesse fazendo um giro e voltando, na história, para o começo de tudo", resume Marco Aurélio de Carvalho, coordenador da campanha em São Paulo.

Em 1979, antes que as fotografias das arquibancadas e do gramado do estádio tomados por dezenas de milhares de operários entrassem para a história, o jeito foi improvisar. A Vila Euclides ainda não era o emblema nacional das greves do ABC. Lula ainda não era Lula. A multidão que já não cabia no Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, se espalhava pela rua, e Nelson Campanholo, uma das lideranças sindicais, percebeu a necessidade de um lugar apropriado para abrigar tantos trabalhadores. "Vamos para a Vila Euclides." Como não havia palanque nem estrutura preparada, a saída foi colocar uma mesa em cima de uma caminhonete e seguir até o estádio, a poucos minutos da sede do sindicato. O megafone não foi esquecido. A multidão não apareceu na Vila Euclides, porém, de uma hora para outra. "A gente apanhou muito na porta de fábrica", lembra Campanholo, hoje com 87 anos. Muitos trabalhadores amassavam os panfletos e jogavam fora. Para conquistá-los, os companheiros arrancavam Lula de casa às 3 da madrugada. "Era preciso estar diante das fábricas antes dos ônibus do primeiro turno de serviço."

A Vila Euclides de Campanholo e das megamanifestações mudou desde então,

Ines249

Em campo. A multidão de trabalhadores ouve atentamente Lula, então presidente do sindicato. Por causa da greve, ele seria enquadrado na Lei de Segurança Nacional

ARQUIVO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC

assim como o ABC. O cinturão industrial que produziu o novo sindicalismo, projetou Lula nacionalmente e colocou operários nas ruas contra a ditadura atravessou cinco décadas de automação. As máquinas pesadas usadas pela velha guarda do sindicalismo deram lugar a fábricas com robôs, sensores e Inteligência Artificial. A volta à Vila Euclides carrega, portanto, uma nostalgia calculada. Ao escolher o velho palco das greves, a campanha tenta reconectar o presidente de hoje ao sindicalista de ontem. E tenta contar essa história a uma geração que não estava lá. Marco Aurélio compara a um Woodstock político. "Você não estava, eu também não, mas a gente pode estar na próxima." Resta saber quanto daquele Brasil ainda cabe nela.

Olhar para quem estava do outro lado do palanque fornece um vislumbre de que país era aquele. Adair Carlos da Cruz, o Boy, hoje com 68 anos, tinha 13 quando deixou a zona rural de Minas Gerais e chegou em São Paulo em 1972. Aos 19 anos, conseguiu uma vaga na Ford, quando as greves começavam a sacudir o ABC. Mal havia sido contratado e recebeu um reajuste conquistado pela paralisação. A política parecia distante, mas os problemas estavam bem próximos. No setor onde trabalhava, era preciso subir 44 degraus até o banheiro. Os jovens operários se organizaram para arrancar da empresa alguns minutos de parada. Sem saber, começaram um movimento alinhado com a luta sindical emergente. Entre o banheiro da Ford e as greves, Boy entendeu de que lado estava. No 1º de Maio de 1980, em meio à repressão e à multidão nas ruas de São Bernardo, a ficha caiu. "Aquilo ali era uma luta nossa."

Em 1979, o estádio em São Bernardo foi a opção para abrigar tantos grevistas

Homens e mulheres vindos de outros estados, atraídos pelas montadoras e por um ABC que crescia em torno das fábricas, perceberam o mesmo. Pouco a pouco, passaram a ocupar o gramado e as arquibancadas do estádio em São Bernardo. "A Vila Euclides era estratégica", resume Geovaldo Gomes, 77 anos, integrante da direção do sindicato presidido por Lula. Comportava multidões e, no início, com auxílio de megafones, todos ouviam os discursos

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, 70 anos, então um jovem metalúrgico que depois presidiria o sindicato e a CUT, conta que, ao longo dos anos, ocupou três lugares na Vila Euclides. Primeiro o gramado, misturado aos trabalhadores, depois a arquibancada e, mais tarde, o palanque, já como liderança sindical. "Foi o lugar mais marcante, nas horas boas e nas horas ruins." As horas ruins não foram poucas, recorda. A ditadura estava em cima, às vezes literalmente. Em 1980, a repressão apertou e a Vila Euclides foi

interditada. "Quando fecharam o estádio, Lula chamou todos para a igreja", diz Campanholo. A Igreja Matriz de São Bernardo, aberta aos grevistas por Dom Cláudio Hummes, virou ponto de encontro. No 1º de Maio, a matriz estava cercada pela polícia e uma multidão ocupava as ruas do centro de São Bernardo. Natal Casimiro, 81 anos, operário que integrou a direção do Sindicato do ABC, lembra que a passeata foi liderada por mulheres, "inclusive pela esposa do Lula, a dona Marisa". Diante da mobilização, a polícia recuou e liberou a passagem. Os manifestantes seguiram em direção à Vila Euclides.

A greve que havia começado na linha de montagem tomou a cidade, ultrapassou as reivindicações por salários e condições de trabalho. Djalma Bom, 87 anos, também ex-dirigente do sindicato na gestão de Lula, acompanhou a transformação de perto, participou da organização das greves e discursou na Vila Euclides. Lembra que, poucos anos antes, a atividade sindical estava presa ao modelo assistencialista herdado do Estado. "O sindicato era o dentista, a farmácia, o laboratório, o barbeiro, a colônia de férias." Segundo ele, ao assumir a presidência do sindicato do ABC, em 1975, Lula defendia transformá-lo em instrumento de "organização, conscientização e defesa das reivindicações dos trabalhadores".

Mas havia dois grandes obstáculos pela frente, conta. "O primeiro grande desafio que nós tivemos de enfrentar foi a estrutura sindical." Ou seja, sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho, sem autonomia e com o direito de greve cerceado. "O segundo desafio foi a ditadura." A repressão veio pesada e o pau quebrou. O sindicato sofreu intervenção e, dois dias depois, em 19 de abril de 1980, Lula foi preso e indiciado pela Lei de Segurança Nacional, em companhia de outros dez dirigentes sindicais. "Foram 31 dias no Dops", afirma Bom. Das lembranças, a mais dura é a do momento em que Lula recebeu na prisão a notícia da morte da mãe, dona Lindu. "Foi como se eu tivesse perdido a minha própria mãe."

> "Foi o lugar mais marcante, nas horas boas e nas ruins", lembra Vicentinho

O movimento sindical daqueles anos aproximou os metalúrgicos da luta pela abertura política. Dali nasceram a CUT e o PT. Mas o mundo que tornou possível o Woodstock político da Vila Euclides mudaria profundamente. Djalma Bom mede a transformação pela Volkswagen do ABC. Na época das grandes greves, a fábrica empregava dezenas de milhares de metalúrgicos. Hoje, precisa de uma fração disso para produzir. Com tantas mudanças no mundo do trabalho, o jeito é se adaptar, diz Wellington Damasceno, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC desde julho. "O ABC segue uma região industrial importante para o nosso País." O que mudou foi a fábrica, acrescenta. E, com ela, o trabalhador. "Muitas empresas mudaram para outros polos, outras desapareceram, e a incorporação de tecnologia fez com que o número de trabalhadores diminuísse muito."

Mudou também quem atravessa as catracas. O metalúrgico que desembarcava no ABC nos anos 1970 era muitas vezes um migrante pouco escolarizado. "Os trabalhadores de hoje são filhos daqueles trabalhadores que lutaram na década de 1970", diz Damasceno. Chegaram mais escolarizados, mas encontraram novas precariedades no trabalho, entre elas a pejotização e os serviços por aplicativos, ambos sem carteira assinada. O sindicato igualmente precisou adaptar-se. "Soube sair da porta e atuar no interior da fábrica", avalia Damasceno, em referência aos comitês sindicais. No ABC das greves históricas, organizar trabalhadores era madrugar diante das fábricas com panfletos de mimeógrafo. No de hoje, o debate depende da digitalização e da Inteligência Artificial.

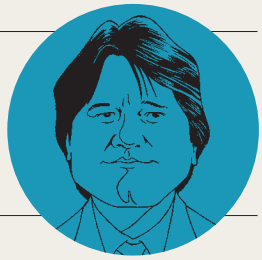
A esse lugar, onde tudo começou, familiar e irreconhecível ao mesmo tempo, Lula volta neste domingo 16. "Quase ninguém com menos de 50 anos tem lembrança das grandes greves", observa Carvalho. O presidente encontrará outro estádio, outros trabalhadores, outro País. Até o gramado será diferente. •

Woodstock político. Nelson Campanholo e Djalma Bom estavam lá

CARLOS MINUANO/CARTACAPITAL

Ines249

PEDRO SERRANO
Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Ainda sobre a Lava Jato

▶ A operação vestiu-se da aparência de um processo penal comum, mas com conteúdo material de caráter tirânico com fim imediato de destruição da democracia brasileira

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça aplicou, por unanimidade, a pena de disponibilidade pelo prazo de 60 dias aos desembargadores federais lavajatistas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, isso por descumprirem decisões de lavra do Supremo Tribunal Federal que determinavam a suspensão de ações penais. A vulgarmente conhecida Operação Lava Jato, sob pretexto de combater a corrupção, acarretou efeitos nefastos para os direitos fundamentais, à dignidade e à liberdade de muitas pessoas, consoante inclusive reconhecido por instâncias do Judiciário brasileiro e mesmo pelas Nações Unidas.

A Lava Jato foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores escândalos da história do Estado brasileiro e da mais nefasta manifestação – desde a ditadura militar de 1964 – do poder de persecução do Estado. Muito além de violar formalismos procedimentais ou de manifestar, simplesmente, uma interpretação rigorosamente punitivista de normas jurídicas, a Lava Jato fulminou a própria relação que se estabelece entre o Estado e os indivíduos em termos civilizatórios, subverteu a nossa democracia constitucional e destruiu, irreversivelmente, mercados estruturantes da economia brasileira. Com efeito, o poderio de persecução penal estatal fulminou empresas brasileiras e, consequentemente, fontes de emprego e renda, fazendo tábula rasa para os princípios constitucionais norteadores da ordem econômica que garantem o livre exercício de atividades econômicas e reconhecem que a empresa é uma legítima fonte de redução de desigualdades, de valorização do trabalho e de busca do pleno emprego. Ao contrário de alegados êxitos na recuperação de valores, o punitivismo estatal da Lava Jato causou severos desarranjos na economia brasileira, atrofiando cadeias produtivas de diversos setores estratégicos. É nessa terra arrasada pós-Lava Jato que o Estado brasileiro possui o dever de, além de rever a política de combate à corrupção, executar políticas públicas de planejamento e de incentivos fomentadoras do desenvolvimento.

A Lava Jato manifestou-se sob a aparência de um processo penal comum, mas com conteúdo material de caráter político-tirânico com fim imediato de eliminação de inimigos da vida pública e com fim imediato de destruição da democracia brasileira. Muito além de pontuais violações ao devido processo legal, bem como à imparcialidade da jurisdição e dos deveres impostos aos membros do Ministério Público, a Lava Jato enquadrou-se como uma severa manifestação patológico-sistêmica e de exceção, o que é muito distinto do erro judicial, do solipsismo, do ativismo ou de qualquer manifestação de decisionismo voluntarista.

A história humana não ocorre através de fases estanques, como às vezes a descrição didática em períodos transparece ao inadvertido. Ao contrário, ela se revela através de processos complexos, nos quais elementos de conformação política e social do período anterior podem ser – e comumente são – identificados nos subsequentes. Não há, inclusive, garantias contra retrocessos e involuções civilizatórias. Só há ordem na mera descrição histórica, bem como nas tentativas de sua compreensão pelos manuais da didática clássica. Na história vivida prevalece o caos, razão pela qual não custa relembrar que a Lava Jato representou um dos mais severos momentos de ruptura com o pacto de civilidade que nossa Constituição representa, ao passo que os riscos de retrocesso ainda são inequivocamente presentes. O enfrentamento à gradual fragilização dos espaços e dos sentidos da democracia e da relação de pertencimento à sociedade requer que desnudemos os artifícios das novas formas de autoritarismo enfraquecedoras do nosso pacto civilizatório. O olhar para o futuro pressupõe, antes de mais nada, o reconhecimento dos nossos recentes fracassos, a insuficiência dos nossos manuais clássicos e a falibilidade das nossas instituições. É fundamental compreender, diuturnamente, as causas e as consequências do deslocamento do poder soberano do povo para aquele que toma para si a possibilidade de, inclusive mobilizando afetos públicos e em solapamento da verdade e da coesão social, decidir sobre a exceção. Trata-se do antídoto contra a gradual fragilização dos direitos fundamentais, dos espaços e dos sentidos da democracia e, por fim, da relação de pertencimento à sociedade, desafio constante e contínuo. As dores da Lava Jato seguem inoculadas. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

Plano Z? Nada disso

ENTREVISTA Patrus Ananias garante que entrou na disputa para vencer as eleições em Minas Gerais

A ALAN RODRIGUES

Indicado quase no fim do prazo de registro das candidaturas, o deputado federal Patrus Ananias rejeita o rótulo de plano Z do PT em Minas Gerais, colégio eleitoral decisivo na disputa presidencial. "Vou disputar e ganhar o governo", afirma na entrevista a seguir. Ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-ministro responsável pela implementação do Bolsa Família, Ananias relembra sua trajetória na militância e na vida pública, evita fulanizar o debate e promete submeter o pagamento da dívida estadual, na casa dos 200 bilhões de reais, à melhora das condições de vida da população. "Vamos abrir as contas públicas", promete.

CartaCapital: O senhor imaginava disputar o governo de Minas neste momento ou o convite de Lula o surpreendeu?

Patrus Ananias: A possibilidade de governar Minas sempre esteve presente para mim. Sou apaixonado pelo Brasil e por Minas, que é um estado-síntese do País. Sempre tive uma relação profunda com a cultura mineira, sua história e os movimentos sociais. Claro que, quando o presidente Lula colocou essa possibilidade, meu coração ficou feliz.

CC: O senhor aceitou a candidatura para disputar de fato o governo ou para garantir um palanque para o presidente Lula?

PA: Vou disputar e ganhar o governo de Minas e, é claro, também criar um espaço político para o presidente Lula. É muito importante a reeleição dele juntamente com a nossa vitória aqui, para integrarmos o estado com o Brasil. É um sonho que me acompanha desde a juventude. Nosso projeto para Minas está vinculado ao projeto nacional.

Herança maldita. Zema deixa para trás uma dívida de 200 bilhões de reais

REDES SOCIAIS E DANIELE FERNANDES/TCEMG

CC: Segundo dados da pesquisa Genial/Quaest, o senhor tem uma rejeição de 35%. A que atribui esse índice?

PA: A rejeição no começo do processo eleitoral apresenta dados que podem ser modificados. Muitas vezes os eleitores manifestam rejeição por não conhecerem bem a história. Fui prefeito de Belo Horizonte, implantamos o orçamento participativo, políticas de segurança alimentar e assistência social. No Ministério do Desenvolvimento Social, implantamos e consolidamos o Bolsa Família e o Sistema Único de Assistência Social. Chego a esta altura da vida sem ter um processo, seja na área administrativa, seja na judicial. Tenho compromisso com a ética e absoluto respeito ao dinheiro e ao patrimônio público.

CC: Sua formação política tem forte influência cristã e da doutrina social da Igreja. Esse olhar ainda cabe na política brasileira?

PA: Cabe. É o que me inspira. Vim para a política por meio da tradição cristã, numa linha ecumênica e de respeito às diferenças. Comecei minha militância na Igreja. Ainda criança, em Bocaiúva, era coroinha. Depois vieram a Pastoral da Juventude e a Pastoral dos Direitos Humanos. Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Pedro Casaldáliga me marcaram profundamente. Há princípios cristãos permanentes: ética, compromisso com os empobrecidos, bem comum e justiça social. Hoje vivemos numa sociedade em que o dinheiro passou a ser um valor absoluto. Lembro sempre o ensinamento de Jesus: não podemos servir a Deus e ao dinheiro. O dinheiro é um meio, não pode se tornar um fim em si mesmo.

CC: O senhor coordenou a implantação do Bolsa Família. O eleitor ain-

Ines249

Lema de vida. "Não podemos servir a Deus e ao dinheiro", afirma o petista

"Tenho compromisso com a ética e absoluto respeito pelo dinheiro público"

da vota movido por esse legado?

PA: Quando implantamos o Bolsa Família, nosso desejo era que os brasileiros ampliassem suas possibilidades, tivessem capacitação profissional e trabalho digno. Vinculamos o programa à educação e à saúde. Infelizmente, no governo que antecedeu a volta de Lula, ele foi usado de forma muito triste, política e eleitoralmente, e dissociado desses compromissos. Agora estamos recompondo isso. Espero fazer o mesmo em Minas, integrando políticas sociais, saúde, educação, capacitação para o trabalho e desenvolvimento regional.

CC: Uma das críticas ao Bolsa Família é que o programa dificulta a contratação porque os beneficiários prefeririam viver do repasse público.

PA: É um preconceito em relação aos pobres. É uma visão que vem da escravidão. Vejo gente defendendo a jornada 6x1 – enquanto nós defendemos a escala 5x2 –, usando argumentos parecidos com aqueles utilizados para defender a permanência da escravidão: "Isso vai comprometer a economia". Os pobres querem uma vida digna. Milhões de trabalhadores saíram do Bolsa Família quando encontraram possibilidade de trabalho. Temos de quebrar esse preconceito contra os pobres. São eles, trabalhadores e trabalhadoras, que no fundo mantêm o nosso País. Temos uma pobreza histórica. Até hoje, aproximadamente, 10% dos brasileiros são analfabetos. Portanto, incapacitados para o mercado de trabalho no qual estamos inseridos. Por isso im-

Ines249

Patrimônio. O candidato descarta a privatização da Cemig, estatal de energia, e rechaça o Estado mínimo

LUIZ SANTANA/ALMG

plantamos o Bolsa Família com essa dimensão, vinculando com a educação, saúde, políticas de geração de emprego e de capacitação profissional. Os pobres são muito dignos. O povo brasileiro é um povo bom, trabalhador.

CC: Políticos como Cleitinho e Nikolas Ferreira conquistaram enorme espaço por meio das redes sociais. O que esse fenômeno revela?

PA: Não fulanizo. Não quero julgar ninguém. Analiso a conjuntura. Vivemos uma situação desafiadora, com presença muito forte de uma direita extremada, golpista, que considero, pelas minhas conversas inclusive com eles, neofascista. São pessoas que não gostam do diálogo, não respeitam as diferenças e não têm compromisso com a democracia. Muitas vezes usam de forma perversa as redes sociais, *fake news* e Inteligência Artificial. Estou aberto ao diálogo com quem pensa diferente, mas nessa direita radicalizada e sectarizada, que tem sua referência na família do ex-presidente, não vejo um horizonte democrático e dialogante.

CC: Seus principais concorrentes defendem um Estado menor. Qual Estado o senhor defende?

PA: Quem defende o Estado mínimo está a serviço do grande capital. Quer privatizar tudo: saúde, educação, cultura. Não defendo a estatização de tudo e reconheço o espaço do setor privado, mas existem atribuições fundamentais do Estado. Precisamos de políticas públicas vigorosas na educação, saúde e segurança. Também vou defender a Cemig. Fui contra a privatização da Copasa. Existem serviços públicos que não podem ficar vinculados ao lucro, porque estão relacionados à vida dos cidadãos.

CC: E em relação à mineração, ao lítio, ao nióbio e às terras-raras?

PA: Essas riquezas devem ser exploradas para o bem do nosso povo. Não defendo estatização. Defendo que a industrialização aconteça no Brasil, inclusive em parceria com o setor privado. Temos de virar uma página da nossa história, parar de exportar matéria-prima para depois importar produtos industrializados. Queremos que essas riquezas sejam industrializadas aqui, gerando emprego, respeitando o meio ambiente e servindo ao desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil.

> No caso das terras-raras, "defendo a industrialização, inclusive em parceria com o setor privado"

CC: Se eleito, o senhor herdará um estado com dívida superior a 200 bilhões de reais. Como pretende enfrentar essa situação?

PA: Primeiro, vamos abrir as contas públicas. É fundamental que o povo saiba exatamente qual a dívida e a situação do estado. Quem mantém a máquina pública, com seus impostos e tributos, tem o direito de saber para onde vai o dinheiro. Vamos conversar com o governo federal sobre essa dívida. Mas uma coisa está clara para mim, a prioridade não vai ser pagar essa dívida. Vamos acertar, negociar e conversar, mas ela estará subordinada à aplicação dos recursos públicos para garantir, em primeiro lugar, a vida e a dignidade dos mineiros. Isso significa educação, saúde, segurança pública, geração de trabalho, emprego e renda. •

Ines249

MARIA INÊS NASSIF
Jornalista e cientista social. Trabalhou nos principais jornais do País. Foi assessora do Instituto Lula

Candidato a capitão do mato

▶ Flávio Bolsonaro não procura voto, espera apenas que Trump tome o poder para ele, à força

Se a extrema-direita apostasse, de fato, na conquista do poder pelo voto, teria se imposto à família Bolsonaro e substituído o candidato às eleições presidenciais. Flávio é inepto e corrupto. Como o pai, confiou na débil Justiça fluminense e no socorro de uma ala do Ministério Público (e agora, na condescendência de um ministro do STF "terrivelmente evangélico") para livrá-lo dos rigores da lei, embora sem conseguir apagar os rastros das atividades ilícitas. O último escândalo no qual aparece envolvido até o pescoço, o do Banco Master, ainda está quente. Também são indeléveis suas digitais nas negociações com o governo de Donald Trump para impor sanções ao Brasil e ameaçar a soberania do País.

Além da folha corrida, o filho de Jair não oferece nada ao eleitor. Escancarou um discurso misógino mesmo diante da evidência de que estará derrotado nas urnas se não quebrar o franco favoritismo do presidente Lula no eleitorado feminino. Escolheu como vice um homem que traz na bagagem uma denúncia por estupro de vulnerável. Fez discursos ameaçadores contra o seu próprio País e apoiou publicamente (e incentivou) as ameaças de Trump ao sistema eleitoral. Rompeu publicamente com a madrasta que, dizem, tem mais votos do que ele. Perdeu apoio entre evangélicos, segmento fundamental na eleição de seu pai em 2018 e na tessitura de um movimento de massas de perfil fascista que manteve Jair no poder e apoiou a tentativa de golpe quando o "mito" foi derrotado por Lula em 2022.

Flávio faz movimentos desagregadores no próprio partido. Tomou para si, como se propriedade sua fosse, uma máquina partidária que, embora tenha ganhado força e importância na esteira do bolsonarismo, constituiu-se nacional e regionalmente como uma legenda forte, com boa representação municipal e uma bancada expressiva no Congresso. É duvidoso que a tomada de assalto do PL de Valdemar Costa Neto dê ao candidato algo além do que financiamento eleitoral. Não existe uma relação orgânica da legenda com ele. O partido cristianizá-lo no meio de um processo eleitoral (jargão político para designar abandono do candidato pelo seu próprio partido, em favor de outro com maiores chances de vitória) não é uma hipótese implausível.

São enormes as evidências de que Flávio é um candidato fraco. Por que, então, se mantém candidato?

A candidatura é um projeto familiar, não apenas de poder, mas de sobrevivência. Estar no poder é a única proteção contra os processos que correm em várias instâncias judiciais contra seus integrantes. Um dos filhos, Eduardo, é foragido da Justiça. O pai está preso por tentativa de golpe de Estado. Carlos e Renan, candidatos, respectivamente, a senador e deputado federal por Santa Catarina, precisam de um mandato parlamentar para se proteger de futuras condenações. Flávio seria a tábua de salvação dele próprio. Em algum momento, algum juiz pode se perguntar por que ele compra tantos apartamentos em dinheiro vivo e os vende meses depois pelo triplo do preço.

Se hoje o único apoio inconteste de Flávio é o do governo Trump, e se a tendência eleitoral da família Bolsonaro, representada pelo senador, é a de declínio, e perder a eleição é a hipótese mais plausível no momento, se ele não exerce poder agregador sobre as outras candidaturas de direita, de cujos votos precisaria desesperadamente no segundo turno, se optou por uma candidatura do medo – ou ele, ou a intervenção dos EUA sobre as eleições brasileiras e um possível golpe no candidato com chances efetivas de vitória, o presidente Lula, se conseguiu a façanha de ser rejeitado inclusive pelo setor das Forças Armadas que apoiou a tentativa de golpe contra Lula em 8 de janeiro de 2023, é lógico que aposta na chegada ao poder por um golpe tipo Venezuela. Lula ganha, os EUA contestam a eleição e usam a força para tirá-lo do poder, e Flávio, o amigo do imperador do mundo, assume.

É esse o projeto de Flávio, Eduardo, Carlos, Jair Renan e Paulo Figueiredo, neto do ditador João Figueiredo. E, principalmente, de Jair, que não quer morrer na cadeia. É esse o projeto de Trump, que quer do Brasil petróleo, terras-raras e o que der para agregar não apenas à riqueza dos EUA, mas, principalmente, às próprias finanças. O mundo vive o imperialismo das plutocracias, do uso do poder militar para a concentração cada vez maior das riquezas do planeta nas mãos de poucos. Nesta nova divisão internacional existem os hiper-ricos, o poder militar concentrado nas mãos do país central do capitalismo e os capitães do mato, aqueles que fazem o serviço sujo de desviar a riqueza das nações para os bolsos dos donos do mundo.

Flávio é candidato a capitão do mato. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

Largado no sertão

NORDESTE Flávio Bolsonaro pena para amealhar apoio político na região

POR FABÍOLA MENDONÇA

Flávio Bolsonaro vestiu um gibão e um chapéu de couro em visita à Paraíba no começo de agosto. Como se a roupa tradicional do vaqueiro nordestino pudesse apagar o histórico xenofóbico que seu sobrenome arrasta, posto que seu pai passou os quatro anos de mandato destilando preconceitos, insultos e, pior, desmontando políticas públicas para a região. O resultado é que, em 2022, Lula celebrou uma vitória arrasadora. Mesmo com as *blitze* da Polícia Rodoviária Federal bloqueando o caminho de eleitores, Bolsonaro só venceu em 20 dos 1.793 municípios nordestinos. Neste ano, o petista ainda mantém vantagem larga. Pesquisa Datafolha de 27 de julho aponta um placar de 62% a 29% na região em um eventual segundo turno. Tanto que no discurso na Convenção do PL em João Pessoa, no começo de agosto, que oficializou o senador Efraim Filho como candidato ao governo do estado, Flávio apelou para o Bolsa Família, afirmando que garantiria o benefício, mas dizendo que ele não poderia ser o final do caminho. Na semana seguinte, em uma *live* para anunciar os apoios à sua candidatura nos estados, apenas nomes ao Senado foram mencionados quando o Nordeste entrou em pauta, evidenciando uma das principais dificuldades do candidato na região no período pré-eleitoral: construir palanques fortes nos nove estados que, juntos, formam o segundo maior colégio eleitoral do País, com mais de 43,5 milhões de eleitores.

Além da Paraíba, apenas o Rio Grande do Norte aparece como um palanque majoritário competitivo para o candidato do PL, com o ex-prefeito de Natal Álvaro Dias, do mesmo partido, na cabeça de chapa. Mesmo assim, o aliado não lidera as intenções de voto. Em levantamento realizado pelo TCM Pesquisa, divulgado no fim de julho, Dias figura em segundo lugar, com 24,9%, atrás do ex-prefeito de Mossoró Allyson Bezerra (União Brasil), com 38,8%. Na Paraíba o cenário é ainda mais sofrível. Efraim Filho está na terceira colocação, com 17%, segundo a pesquisa DataTrends, também do mês passado. O governador Lucas Ribeiro, candidato à reeleição pelo PP, lidera a preferência dos paraibanos, com 34%, seguido do ex-prefeito de João Pessoa Cícero Lucena (MDB), com 27%. Efraim Filho, no entanto, vê o cenário com otimismo: "Estamos numa rota crescente, algumas pesquisas já apontam a nossa presença no segundo turno", disse em entrevista a *CartaCapital*.

O filho 01 só tem palanque forte em dois dos nove estados

Para transformar o sonho em realidade e melhorar a popularidade de Flávio Bolsonaro no estado, o paraibano aposta no discurso moralista tão caro ao bolsonarismo. "A ideia é focar na agenda dos princípios e valores. Temos um povo sertanejo que não gosta de rótulos, seja de esquerda, seja de direita ou de centro. Mas ele tem um pensamento que alinha muito com o que a gente defende, uma agenda pró-vida, contra o aborto, pró-família, contra a legalização das drogas, e pró-liberdade, contra a censura. Esses temas fazem com que os eleitores se identifiquem conosco e isso tem feito a diferença. Eles não estão vindo necessariamente pela bandeira ideológica, mas pelos valores", destaca, reconhecendo, no entanto, a hegemonia lulista. Em 2022, Lula obteve 67% dos votos dos paraibanos, contra 33% de Bolsonaro. Efraim Filho recorda que, em 2018, Bolsonaro ganhou nos dois maiores colégios eleitorais da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande, e perdeu por uma diferença mínima em 2022, e conta que a expectativa agora é ganhar de novo nessas duas cidades, conquistando ainda o interior e cidades menores. "A gente quer chegar à marca dos 40% do eleitorado no estado", projeta. "Temos a humildade de saber que é difícil reverter o favoritismo da esquerda no Nordeste, mas é absolutamente possível entregar uma margem menor, o que vai contribuir para uma virada nacional."

Embora com pouca chance de decolar, o PL tem palanque em Sergipe, com o apoio do vice-prefeito de Aracaju, Ricardo Marques, terceiro colocado nas pesquisas para o governo do estado, com 4,5%. Lá, a disputa está dividida entre o atual governador e candi-

Ines249

Gibão de couro. O senador citou o Bolsa Família em discurso na Paraíba

MATEUS VITOR FERNANDES E RICARDO STUCKERT/PR

dato à reeleição, Fábio Mitidieri (PSD), que tem 45,4% das intenções de voto, e Valmir de Francisquinho (Republicanos), que registra 32,2%, segundo o último levantamento feito pelo Instituto CTAS, divulgado no fim de julho. Mesmo com a desvantagem, Marques diz querer transformar Sergipe em uma das principais trincheiras de Flávio no Nordeste. "Nossa candidatura tem a missão de conectar o projeto nacional com as demandas locais e construir uma base forte, município por município", diz. Para a socióloga Fernanda Rios Petrarca, professora da Universidade Federal de Sergipe, a candidatura bolsonarista no estado tem mais o objetivo de fazer uma bancada expressiva para os legislativos estadual e federal e menos para consolidar a campanha do filho 01. "As candidaturas de Ricardo Marques ao governo e Rodrigo Valadares ao Senado não se propõem a vencer o pleito estadual, mas demarcar território. Eles formam a base orgânica necessária para eleger parlamentares estaduais e federais e garantir que o bolsonarismo raiz tenha voz autônoma e comando estruturado em Sergipe", opina. Para além dos palanques próprios da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe – que, com Alagoas, são os menores colégios eleitorais da região –, nos outros sete estados nordestinos Flávio não tem palanques majoritários para subir. Vai ter de se contentar com aliados que disputam o Senado. Como João Roma na Bahia, Mendonça Filho em Pernambuco, Alcides Fernandes no Ceará, Cidônio Gonçalves no Maranhão e Tiago Junqueira no Piauí.

Em Alagoas, o cenário ainda é de indefinição. Lá, o presidenciável tem o apoio de Arthur Lira, do PP, ex-presidente da Câmara dos Deputados, que recebera a promessa de Jair Bolsonaro de apoio para se eleger senador. O candidato ao Planalto ainda sonha com o palanque do ex-prefeito de Maceió JHC, que, embora confirmado na convenção do PSDB como candidato a governador, pode disputar o Senado. Até o fechamento desta edição, na quinta-feira 13, a candidatura de JHC continuava indefinida e só seria definida no sábado 15, data-limite para o registro de chapa na Justiça Eleitoral. Com um cenário tão desfavorável na região, é provável que o gibão do senador não veja muito a luz do dia até as eleições. •

Ines249

Voto feminino sob ataque

MISOGINIA A machosfera inventa teorias esdrúxulas para naturalizar o avanço contra um direito consolidado

POR MARIANA SERAFINI

Já virou clichê entre as feministas a frase que a filósofa, escritora e ativista feminista francesa Simone de Beauvoir disse à também escritora francesa Claudine Monteil, quando a amiga celebrou a conquista do direito ao aborto em 1974: "Basta uma crise política, econômica ou religiosa para que nossos direitos sejam questionados. É preciso continuar vigilante a vida inteira". E a todo momento a sociedade faz questão de mostrar que Beauvoir tem razão. O direito consolidado sob ataque no momento é o sufrágio feminino e o inimigo é a chamada "machosfera", os grupos *online* onde homens machistas e misóginos se unem para destilar ódio de gênero. Em 87% das mensagens sobre voto feminino compartilhadas em grupos do Telegram, os comentários são de aniquilação, revela um estudo do Desinfopop, laboratório de pesquisa sobre desordem informacional da Fundação Getulio Vargas. Entre os usuários há um "consenso" de que o voto feminino é "uma das maiores desgraças da humanidade". Para especialistas, o mais preocupante é que esse discurso não permanece no submundo da internet e contribui para naturalizar esse tipo de opinião na sociedade.

A pesquisadora do Desinfopop Julie Ricard revela que não foi a quantidade de mensagens que preocupou a equipe, mas a unanimidade de opinião. "É inacreditável que em pleno 2026 estejamos vendo um movimento desses contra um direito consolidado", se alarma. Por mais grave que o discurso seja, ele não está restrito aos masculinistas. Recentemente, a influenciadora bolsonarista Pietra Bertolazzi declarou, em um quadro de perguntas e respostas no YouTube, ser contra o voto feminino. O episódio rapidamente viralizou nas redes sociais, gerando reações.

O estudo demonstra que os argumentos para impedir o voto feminino apoiam-se em dois pilares. O primeiro diz respeito à essencialização das mulheres, que atribui a elas características supostamente biológicas, ora paternalistas, como o excesso de sentimento, ora abertamente hostis, como o egocentrismo e psicopatia, das quais se deduz inaptidão para o juízo político. O segundo é o aspecto político, criando-se uma crença de que as mulheres votam mais à esquerda, o que seria um problema. Para Ricard, os dois argumentos ameaçam a democracia. A essencialização, no entanto, é extremamente "perigosa", avalia, porque "elimina qualquer possibilidade de diálogo". "Se esses usuários acreditam que existe uma natureza feminina inapta à política, seja por excesso de sentimentos ou por serem psicopatas, a exclusão do direito de voto torna-se algo inquestionável e permanente."

> Em qualquer comunidade diversa, uma posição tão extrema geraria pelo menos alguma réplica, avalia Vera Vieira

Ao longo de dois anos monitorando os grupos, os pesquisadores identificaram grande influência da extrema-direita norte-americana no posicionamento contrário ao voto feminino. O impacto externo é tamanho que o pico de mensagens na plataforma foi em agosto de 2025, quando o secretário de Guerra dos EUA, Pete Hegseth, compartilhou em suas redes um vídeo do pastor Doug Wilson defendendo o fim da emenda constitucional que garante o voto feminino nos EUA. "Existe um repertório que se alimenta de fatos e declarações de autoridades, seja do Brasil, seja de outros países, para dar legitimidade a esse tipo de discurso."

O mais grave dessa postura é mover a "fronteira do dizível", explica Mário Aquino, professor da FGV e coordenador do Desinfopop. "Existe a redução de um custo discursivo de defender posições que até bem pouco tempo seriam consideradas politicamente indizíveis", explica. Ou seja, esse é o primeiro passo para questionar "quem merece ser cidadão". "O discurso começa contra as mulheres, mas rapidamente vai conectar essa legitimidade eleitoral a outras condições, como a prestação do serviço militar, pagamento de impostos e recebimento de benefícios sociais."

Ines249

Recatada e do lar. A influenciadora bolsonarista Pietra Bertolazzi viralizou ao se declarar contra o voto feminino

REDES SOCIAIS/SINDIEDUTEC/PR E REDES SOCIAIS

Um bom exemplo foi a participação do deputado federal Paulo Bilynski, do PL, em um *podcast*, no ano passado, no qual ele ataca o direito ao voto de beneficiários de programas sociais: "Quem recebe dinheiro do governo não tem liberdade para votar. (...) Se você quer viver do dinheiro dos outros, você não tem direito de escolher o futuro da nação", afirmou. Aquino qualifica como "um grande mal" líderes políticos ecoarem no debate público opiniões "que não deveriam fazer parte da discussão porque são inaceitáveis". Nas eleições deste ano, novamente as mulheres são maioria do eleitorado. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, elas representam 52,84% do total nacional. Além disso, costumam ser mais participativas no processo democrático, revela o professor Emerson Urizzi Cervi, coordenador do grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública da Universidade Federal do Paraná. "O voto feminino é mais presente, e as mulheres também justificam mais quando precisam se ausentar das urnas." O processo decisório das mulheres é mais retrospectivo, explica o especialista. "Isso quer dizer que elas costumam avaliar o governo antes de decidir pela continuidade ou mudança." E os quesitos estão diretamente ligados à entrega de políticas públicas. "Elas querem saber a qualidade da merenda do filho na escola, se há remédios na farmácia do posto de saúde, se as ruas estão bem iluminadas."

Diretora-executiva do Instituto Patrícia Galvão, a doutora em Comunicação e Feminismo pela USP Vera Vieira considera o Telegram "uma das principais arenas da chamada machosfera, que agrega comunidades de *incels*, *redpills* e influenciadores que monetizam o ódio às mulheres". Esse ataque ao voto feminino, alerta, é o primeiro passo para a violência política de gênero, considerada crime no Brasil desde 2021. O conteúdo debatido nos grupos não é exatamente o problema, analisa Vieira, porque "a misoginia extrema já existe há muito tempo". O mais grave é a ausência completa de discordância. "Em qualquer comunidade minimamente diversa, uma posição tão extrema geraria pelo menos alguma réplica, ironia, debate. Quando isso não acontece, significa que o grupo já passou por um processo de filtragem. O que resta é um ambiente onde a posição extrema não parece mais extrema, pois se transforma em senso comum local." Para o discurso de ódio subir à "superfície" da internet, é apenas questão de tempo, explica a socióloga Bruna Camilo, autora do livro *Machosfera: Quando a Misoginia Vira Política* (Editora Dialética, 2026). "Esses usuários radicalizados não se comportam da mesma forma nas redes sociais abertas, eles mudam o tom, mas o conteúdo de ódio é o mesmo." Não é tolerável defender o fim de direitos, portanto, a radicalização é apresentada com humor, explica. A regulamentação das redes é o caminho mais sólido para coibir essas práticas, defende. •

Ines249

Voz do povo

ANÁLISE Sem a participação da sociedade civil, a crise da política perpetua-se no Rio de Janeiro

POR LUIZE SAMPAIO*

Em outubro, a população do Rio de Janeiro escolherá o próximo governador que vai comandar o estado durante quatro anos. Será uma eleição emblemática e de extrema relevância para o futuro fluminense, uma vez que há muitos anos não temos o atual ocupante do cargo concorrendo a uma possível reeleição. Depois de uma sequência de crises políticas, cassações e denúncias de corrupção, abre-se uma rara oportunidade para discutir quais instituições precisam ser reconstruídas para que o Estado volte a planejar seu futuro.

Se existe uma lição que os últimos anos deixam é que o esvaziamento da participação social, para além de uma rachadura na nossa democracia fluminense, é uma perda de capacidade de governança. Mas, para entender como chegamos até esse ponto de afastamento da população das decisões que tanto impactam o desenvolvimento do nosso estado, vale voltar um pouco no tempo.

Depois de 2013, ano que transformou a política brasileira e que é também o marco de criação da Casa Fluminense, vivenciamos um passo para a participação popular que parecia ser uma política de Estado: a criação da Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro, instituída para articular as políticas públicas entre as cidades. Essa novidade de ampliação integrada e participativa para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro chegava muito em linha com os objetivos da nossa organização. A Casa atua pela construção coletiva de políticas públicas para melhorar a vida dos moradores da região, e na época foi eleita para a presidência do Conselho Consultivo da Câmara. Após as eleições de 2018, com a aprovação da Lei Complementar 184, que extinguiu a Câmara e a substituiu pelo Instituto Rio Metrópole, o cenário mudou.

Se antes a antiga Câmara Metropolitana tinha caráter consultivo e colegiado, o novo órgão foi estruturado como uma parte do governo, com autonomia administrativa para colocar em prática as decisões e os projetos do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Sendo assim, as funções técnicas e a responsabilidade por gerir temas como transporte, saneamento e habitação metropolitana migraram integralmente para o IRM. Com esse movimento, o então governo Wilson Witzel retirou a Casa e outros representantes da sociedade civil desse espaço, dando um recado claro: a participação deixava de ser entendida como parte da governança e passava a ser tratada como um obstáculo. Se, em 2013, uma primavera buscava apresentar outras prioridades para a política, após 2018 um cenário que já vinha em mutação se transformou por completo.

As denúncias contra o Instituto Rio Metrópole provam os efeitos do afastamento da sociedade

Voltando para 2026. Por coincidência – ou não –, o assunto ainda é a Câmara Metropolitana. Recentemente, o Ministério Público do Estado do Rio deflagrou a Operação Ouroboros para investigar um esquema de corrupção exatamente no Instituto Rio Metrópole, antiga Câmara Metropolitana. As investigações apontam que foram negociados contratos suspeitos que chegam a 86 milhões de reais. Em pouco mais

Ines249

Captura. Funcionários do IRM viram alvo de uma operação do Ministério Público e da polícia por corrupção

MPRJ/PCRJ E REDES SOCIAIS

de uma década, um espaço que foi concebido para aproximar Estado e sociedade civil tornou-se manchete nas páginas policiais, com diversas prisões em flagrante. A coincidência é um convite a uma pergunta incômoda: o que acontece quando instituições excluem a participação da sociedade?

É impossível não relacionar a exclusão da sociedade civil do mecanismo de governança da situação vivida pelo IRM, o que reforça a necessidade de aumentar a participação popular em outros espaços estratégicos, como o Fórum Rio de Janeiro de Mudanças Climáticas. Mais de 70 organizações e ativistas publicaram uma carta na qual manifestam o desejo de ampliação da participação social no Fórum – hoje, a sociedade civil tem apenas duas das 21 vagas da composição. Justamente quem sente na pele as consequências da crise climática é, atualmente, o setor menos representado em discussões relevantes.

Os efeitos da falta de participação social podem não ser vistos de imediato, mas causam danos profundos para a sociedade no longo prazo. Primeiro, enfraquece os espaços de diálogo. Depois, compromete a capacidade de planejamento. Por fim, abre caminho para a captura de instituições que deveriam servir ao interesse público. No Rio de Janeiro, esse roteiro se repetiu diversas vezes para ser tratado como coincidência. A eleição de 2026 oferece uma oportunidade de rara para interromper esse ciclo. Porque fortalecer a participação social não é apenas ampliar a democracia. É impedir que a próxima falência da política comece, mais uma vez, pelo esvaziamento de suas instituições. •

**Gerente Programática da Casa Fluminense.*

Ines249

Floresta em pé e rentável

CRÉDITO DE CARBONO O Brasil promove o maior leilão de crédito de carbono e prevê arrecadar 6 bilhões de reais

POR MAURÍCIO THUSWOHL

A ideia de estruturar um mercado global para compra e venda de créditos de carbono ganhou corpo durante o histórico encontro ECO-92, realizado no Rio de Janeiro em 1992. Desde então, durante décadas, o debate sobre a criação de um instrumento econômico por intermédio do qual a manutenção da floresta em pé geraria lucro e renda e iniciaria um ciclo virtuoso de preservação ambiental e adaptação ao aquecimento global conheceu avanços e recuos, serviu de pretexto para projetos obscuros e para o *greenwashing* – em português, o ato de enganar o consumidor com embalagens cheias de expressões do mercado verde sem aplicar uma prática sequer de sustentabilidade – e jamais se estruturou globalmente na forma imaginada em 1997 pelo Protocolo de Kyoto e aperfeiçoada em 2015 no Acordo de Paris. O Brasil, anfitrião da mais recente conferência da ONU sobre mudanças climáticas – a COP30 – e ainda em busca de consolidar seu protagonismo ambiental internacional, terá nos próximos meses a oportunidade de se tornar vanguarda mundial no setor ao promover o maior leilão de créditos de carbono já realizado no País.

A expectativa do governo é gerar até 6 bilhões de reais em compras no leilão que acontecerá em outubro ou novem-

Ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 48
Sebrae. Empresário organiza dados públicos com IA e pressiona município

UBIRAJARA MACHADO/MDS E MAURO PIMENTEL/AFP

ProFloresta+. Tereza Campello, do BNDES, diz que a iniciativa privada pediu o leilão após o sucesso com a Petrobras

bro, em data ainda a ser definida. Organizado pelo BNDES como parte da segunda fase do programa ProFloresta+, o leilão terá como foco a restauração florestal e permitirá a participação de diferentes setores econômicos interessados em projetos a serem realizados em todos os biomas brasileiros. A meta é alcançar 60 mil hectares restaurados e capturar, aproximadamente, 19 milhões de toneladas de CO_2 na atmosfera. Em um primeiro momento, o BNDES está analisando as manifestações de interesse enviadas pelas empresas. Em seguida, vai estruturar contratos padronizados e organizar o processo competitivo para a seleção dos projetos de restauração. Após a proclamação do resultado do leilão, o BNDES financiará os projetos vencedores por meio de linhas de crédito de longo prazo com recursos do Fundo Clima.

Em nota, o banco informa que "o processo de interesse das empresas é fechado e só será divulgado depois da devida formalização das parcerias". Segundo o apurado por *CartaCapital*, a chamada pública aberta em julho já despertou até esta semana o interesse de pelo menos uma dúzia de empresas, entre elas algumas gigantes do setor de óleo e gás. Para estimular a participação no leilão, o BNDES disponibiliza uma oferta de crédito atrativa, com taxa de juros de 1% mais *spread*, o que dá um total de 2,3%. "O Fundo Clima nos permite trabalhar com uma taxa diferenciada, como esse tipo de negócio exige. Estamos falando de um investimento que vai se desenvolver ao longo de 20 ou 30 anos, com todos os riscos inerentes a uma atividade nova", diz Tereza Campello, diretora socioambiental do BNDES.

A meta do governo é atrair com essa oferta os setores com maior demanda por instrumentos de descarbonização e compensação de emissões. As empresas interessadas deverão fazer uma compra mínima equivalente a 1 milhão

Ines249

Adensamento. O açaí é uma cultura a ser incentivada, alternativa de renda sem a necessidade de derrubar a floresta

de créditos de carbono, correspondente à remoção de 1 milhão de toneladas de CO_2 da atmosfera. Na primeira fase do programa, que foi lançada no ano passado pelo BNDES e teve a Petrobras como âncora, foram adquiridos 5 milhões de créditos de carbono gerados a partir de projetos de restauração ecológica na Amazônia. As três empresas vencedoras – Systemica, brCarbon e re.green – foram anunciadas no começo de julho. Esta primeira etapa prevê a restauração de até 15 mil hectares com a mobilização de 450 milhões de reais em investimentos para plantio, além da geração de um valor estimado em 1,5 bilhão de reais em créditos de carbono.

CEO da re.green, Thiago Picolo afirma que os leilões contribuem para dar escala a projetos que exigem investimentos volumosos e compromissos de longo prazo. "O setor como um todo precisa seguir elevando a régua de rigor técnico e governança para que a restauração em escala avance de forma consistente", diz. Esse rigor deve tornar-se a regra no mercado brasileiro, não a exceção. "É preciso que a restauração ecológica ganhe cada vez mais escala com mecanismos que também precisam evoluir à medida que o mercado amadurece", sugere. A solidez dos projetos vai determinar a velocidade dessa maturação, avalia o empresário. Segundo ele, "o Brasil reúne as condições para assumir uma posição de liderança global em soluções baseadas na natureza, mas a consolidação do nosso mercado de créditos de carbono depende de projetos bem estruturados, com processos robustos de diligência, governança, monitoramento e verificação".

Tereza Campello conta que o sucesso da experiência com a Petrobras fez com que várias grandes empresas começassem a procurar o banco para pedir a organização de um modelo semelhante voltado ao setor privado. "Por isso resolvemos fazer um chamamento aberto. Grandes empresas, internacionais ou brasileiras, que tenham interesse em comprar crédito de carbono de alta credibilidade, com contrato público e leilão organizado pelo BNDES, vão manifestar seu interesse ao longo dos próximos dois meses." O

Ines249

ISTOCKPHOTO

mercado de carbono, aposta a diretora, passará a ser organizado no Brasil como ainda não foi em nenhum outro lugar do mundo: "Sem *greenwashing*, com responsabilidade social e projetos de restauração florestal com alta qualidade".

De acordo com as pretensões do governo, o próximo leilão de créditos de carbono poderá também inaugurar um novo modelo de negócios no Brasil. Mais do que plantar árvores e sequestrar gás carbônico, a organização efetiva do mercado tem como meta a estruturação de uma cadeia econômica "da semente ao resíduo", com a participação das comunidades locais. "O BNDES atua com carbono de restauração florestal, porque esse modelo se integra à agenda de desenvolvimento territorial. É possível dar um novo dinamismo para territórios que foram degradados", diz Nabil Kadri, superintendente de Meio Ambiente do banco. Não se trata da venda do carbono pela venda do carbono, diz Kadri, é preciso levar desenvolvimento ao território por meio da economia da restauração. "Isso inclui a geração de empregos e a formação de cadeias de restauro, redes de sementes e viveiros."

A agenda de restauração proposta no programa ProFloresta+ é baseada em floresta nativa, mas esta pode ter caráter somente ecológico ou incluir o aspecto produtivo. "O restauro florestal pode ser feito com o adensamento de algumas espécies para que gerem produtos da floresta. Temos açaí, cacau, castanha, café, sistemas agroflorestais, todo um conjunto de produtos que podem estar agregados a essa estratégia", diz Campello. O objetivo do governo é estruturar um modelo de geração de créditos de carbono, bem como de produção de alimentos, geração de empregos e qualificação de mão de obra, além dos serviços socioambientais que a própria floresta traz. "Vai ser uma revolução. O Brasil adotará um conjunto de ações que pavimentarão o caminho para que se torne um ator central na produção de floresta nativa no mundo."

O objetivo é um modelo que produza alimentos e gere empregos

Coordenador do programa de Política e Economia Ambiental no Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, Guarany Osório afirma que leilões como os promovidos pelo BNDES fazem parte de um processo mais amplo que tem como base a aprovação, em 2024, da lei que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissão. "Essa lei fornece a previsibilidade regulatória para criar as bases da integração entre diferentes instrumentos de precificação de carbono", explica. O Brasil, avalia o professor, avançou no marco legal, mas o sucesso efetivo do mercado regulado vai depender de sua operacionalização de fato.

Para o especialista, o maior desafio brasileiro é institucional e político, já que na parte técnica o País tem vasta experiência internacional, com instrumentos reconhecidos de monitoramento, relato e verificação. "A questão central é a priorização de uma agenda a ser desenvolvida ao longo dos próximos anos para assegurar a regulamentação infralegal da lei. Isto é necessário para construirmos as capacidades institucionais que permitirão ao mercado operar com segurança jurídica, integridade ambiental e credibilidade", conclui. •

Ines249

O retorno das Cassandras

PIB A economia mostra resistência, mas há quem aposte em recessão no próximo ano

POR CARLOS DRUMMOND

Apesar de o índice de inflação oficial, o IPCA, acumulado em 12 meses permanecer acima da meta, a inflação doméstica mensal cedeu. A economia, a despeito da desaceleração em alguns setores, segue resistente. Os juros, os mais altos do planeta em termos reais, baixam lentamente. As projeções de déficit melhoraram. Essas constatações, presentes em relatórios semestrais de bancos, não desencorajaram, entretanto, os economistas mais pessimistas, habituais perdedores em suas previsões sombrias. Alguns até resolveram dobrar a aposta. O ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga, em entrevista recente, considerou o momento atual da economia "desastroso", advertiu sobre o avanço do endividamento de famílias, empresas e setor público e apontou um risco real de recessão em 2027. Solange Srour, diretora de macroeconomia para o Brasil no UBS Global Wealth Management, afirma que o País caminha para uma "crise contratada" devido à deterioração fiscal e aos juros elevados. Sem um corte de gastos equivalente a 4% do PIB, sublinha Srour, a dívida pública continuará em trajetória insustentável.

Não há dúvida de que a economia, golpeada por tarifaços, juros na estratosfera, bloqueio da importação de insumos em consequência da guerra no Irã e inundação de importados da China, desacelerou e levou os bancos a reavaliar as estimativas, mas nenhuma revisão prevê recessão no próximo ano. O Bradesco estima crescimento de 1,3%, o Itaú, 1,5%, o Santander, 1,3% e o Safra, 1,57%. O *Relatório Focus* do Banco Central indica 1,52%, a OCDE estima 2,1% e o Banco Mundial calcula 2%. Em julho, o FMI revisou para cima a previsão de crescimento do PIB brasileiro de 2% para 2,2%. O Ministério da Fazenda aposta em 2,5% no ano vindouro.

O cenário indicado pela maioria absoluta dos analistas está mais próximo, portanto, daquilo que o governo gostaria e mais distante do que a oposição desejaria. A relativa proteção do País à crise do suprimento petrolífero mundial, a manutenção do real desvalorizado diante do dólar e a persistência do fluxo de investimento externo parecem exercer um poder limitador das exacerbações pré-eleitorais sobre as expectativas dos agentes do sistema financeiro e esclarece o fato de as previsões de recessão serem isoladas e não contaminarem as outras análises.

> O objetivo é submeter o próximo governo, qualquer um, à agenda do ajuste

Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em 2027 o País terá contas organizadas e não haverá surpresas orçamentárias. Durigan projeta a entrega de um orçamento com superávit primário, pela primeira vez em uma década, descarta qualquer cenário de recessão e acredita que a reforma tributária dará um impulso extra ao PIB. A economia doméstica, de acordo com o relatório do segundo semestre do Bradesco, segue resiliente, apesar dos juros restritivos. O consumo das famílias retomou "algum dinamismo", impulsionado pelo mercado de

Ines249

RENATO LUIZ FERREIRA/CARTACAPITAL E WASHINGTON COSTA/MINISTÉRIO DA FAZENDA

trabalho e medidas de crédito e pela isenção do Imposto de Renda para rendimentos até 5 mil reais. As medidas de estímulo ao crédito adotadas pelo governo "devem moderar a desaceleração da atividade, mas os juros em patamares ainda mais restritivos continuarão levando a expansão do PIB para abaixo do potencial".

Apesar do ambiente global "mais ambíguo para os emergentes", aponta o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa, e de múltiplos choques globais e locais, o real tem se mostrado "bastante resiliente". As projeções do banco são de dólar a 5 reais no fim do ano, déficit em transações correntes de 2% do PIB, sustentado pelo superávit comercial, com crescimento relevante das exportações de petróleo, acompanhado de um "fluxo de

Batalha. Contra o pessimismo, o ministro Durigan esgrime bons números da economia

Ines249

investimento estrangeiro direto robusto e estável". Para o próximo ano, a taxa de câmbio está projetada em 5,20 reais.

"O acúmulo de choques fez nossa projeção para o IPCA sair de 5% para 5,3% em 2026, e de 3,7% para 4,1% em 2027. Os choques da guerra, de preços de alimentos, incluídos aqueles vindos do El Niño, e, em alguma medida, a resistência do setor de serviços compõem o cenário. Sem o impulso do câmbio e com queda nos preços do petróleo, entretanto, o choque na cadeia de bens industriais tem se dissipado, com alívio esperado para o quarto trimestre. A inflação de serviços permanece resistente, com os núcleos ainda pressionados, mas sem deterioração adicional", sublinha Honorato.

"Não concordo com as previsões de Arminio Fraga e Solange Srour. A necessidade apontada por Srour, de um corte de gastos equivalente a 4% do PIB, é algo assustador. É preciso ter mais responsabilidade nas declarações", dispara o economista Saulo Abouchedid, professor da Facamp. "Na minha opinião, Fraga está fundamentalmente equivocado. Considero o risco de recessão para o ano de 2027, a partir da estrutura de endividamento, pouco provável", aponta o economista José Augusto Gaspar Ruas, do Instituto de Pesquisa e Estudos Econômicos e Sociais.

A analogia feita por Fraga com a situação no segundo governo Dilma, prossegue Ruas, embute uma questão fundamental. "Boa parte daquela recessão, que hoje ele aponta como possível, resultou, na minha leitura e naquela de outros economistas, de uma decisão de política econômica completamente fora de propósito. A gestão do ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no início do segundo mandato, foi a causa fundamental daquela recessão, da forma como ela se processou", diz o economista do Ipea.

Em resposta a essas críticas, Fraga declarou que "o fator dominante, naquele período, foi o impacto do descalabro fiscal sobre a confiança na economia". E que o efeito secundário "foi secundário". Não há como comparar, entretanto, o cenário entre 2014 e 2015 com o de 2026 para 2027, insiste Ruas. Não está em curso uma retração de preços de *commodities* significativa no mercado internacional e não existe uma necessidade de ajuste severo nas contas públicas no curtíssimo prazo. "Ao contrário do que a maior parte dos analistas aponta, não acho que um ajuste drástico seria desejável, inclusive para as próprias contas públicas, porque isso, sim, provocaria uma retração econômica", alerta o economista, que não vê necessidade de reorganização da taxa de câmbio, nem dos preços relativos dentro da economia. "Não tem nenhuma política no curto prazo segurando preços, provocando desajustes, portanto, não me parece que o cenário macroeconômico seja semelhante àquele."

> A maioria dos analistas aponta queda no ritmo de crescimento, não estagnação

Pessimismo. Fraga lidera o coro de quem vê um desastre pela frente

Abouchedid concorda. O governo tem cumprido a meta de resultado primário, no intervalo das bandas que estabeleceu por meio de uma política tributária que teve como consequência o aumento das receitas nos últimos tempos, faz uma revisão constante dos gastos, com contingenciamentos e bloqueios e cumpre o regime fiscal. "O que há são as consequências de uma política monetária do Banco Central e questões a serem resolvidas na gestão da dívida pública, principalmente em relação aos juros de longo prazo."

O Brasil não vive, segundo o economista, uma crise fiscal nem uma de endividamento público. "É preciso olhar para a relação dívida pública-PIB, mas de maneira mais qualificada, mais detalhada, sem entrar num receituário simples de corte de gastos", resume Abouchedid. O endividamento privado crescente e a inadimplência em patamares muito elevados são motivos de preocupação, "mas essa é outra questão".

"O único cenário que poderia provocar uma crise de crescimento seria um prolongamento muito extenso da guerra somado a um El Niño muito forte. Esses eventos poderiam afetar o crescimento econômico, mas dificilmente levariam a uma recessão. Só vai ter recessão se o governo comprar a ideia de um ajuste rigoroso", adverte Ruas. "No caso de vitória de um governo à direita, que proponha o corte drástico de gastos, pode ser que a situação fique muito ruim. Mas acho que mesmo um governo mais à direita não embarcaria num corte logo no primeiro ano", estima.

Procurada, assim como Fraga, Srour não respondeu aos pedidos de entrevista. •

REDES SOCIAIS/IEPS

Ines249

ADALBERTO VIVIANI
Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo

Onde não mora ninguém

▶ Estoque de imóveis prontos sem comprador chega a 38 bilhões de reais

Levantamento da plataforma de inteligência imobiliária Órulo, feito a pedido do CIMI360, revela que incorporadoras brasileiras acumulavam, até o fim de junho, 30.085 imóveis novos concluídos e ainda sem comprador em 11 regiões metropolitanas do País. Pelo preço anunciado pelas próprias empresas, esse estoque parado representa 38,1 bilhões de reais. A divisão do valor total pelo número de unidades resulta em um preço médio por unidade de, aproximadamente, 1,27 milhão de reais. Os dados mostram que um em cada oito imóveis novos disponíveis nessas regiões está pronto para morar, proporção que supera um em cada quatro em Porto Alegre, Goiânia e na Grande Florianópolis.

O paradoxo é que esse estoque convive com um déficit habitacional estimado em 6 milhões de moradias no Brasil, pois quem precisa de casa nem sempre consegue pagar pelo produto pronto disponível no mercado. Entre as causas está a Selic elevada, que encareceu o financiamento imobiliário e reduziu o ritmo de compra das famílias, derrubando as vendas do segmento financiado pelo SBPE em 30,7%. Juros altos também levam parte dos compradores a preferir investimentos como o CDI, mais rentáveis no curto prazo do que imobilizar capital em um imóvel. Enquanto isso, o estoque parado gera custos extras às incorporadoras, como manutenção, condomínio e impostos, imobilizando recursos que poderiam ser reinvestidos.

BAPTISTÃO

Pop on the rocks

A LVMH confirmou no início da semana a venda de sua participação na marca de uísque SirDavis para Beyoncé, que passa a ser dona de toda a operação. A negociação teria sido concluída no fim de julho, mas só foi oficializada pelo grupo francês agora. Os valores financeiros da transação não foram divulgados. A SirDavis nasceu em 2024 como *joint venture* entre a cantora e a Moët Hennessy, divisão de vinhos e destilados da LVMH, como parte de uma tendência de parcerias entre grifes de luxo e celebridades. O nome homenageia Davis Hogue, bisavô de Beyoncé, que produzia destilados de forma artesanal no Sul dos EUA durante a Lei Seca. A linha combina 51% de centeio e 49% de malte de cevada, receita assinada pelo mestre destilador Bill Lumsden, referência na Glenmorangie e na Ardbeg. As garrafas foram lançadas a 89 dólares em mercados como Houston, Nova York, Londres, Paris e Tóquio. Com o controle total, Beyoncé passa a comandar sozinha estratégia, marketing e expansão da marca, sem dividir decisões ou lucros com a LVMH. O movimento fortalece sua presença como empresária no setor de bebidas de luxo, área em que Jay-Z havia negociado com a Moët Hennessy em 2021, ao vender parte da Armand de Brignac.

Remédio na porta

A Anvisa revogou medida que impedia a venda de medicamentos por meio da Shopee e abriu espaço para farmácias e drogarias licenciadas operarem em plataformas digitais, como *marketplaces* e aplicativos de entrega. A mudança foi publicada no *Diário Oficial da União* em 6 de agosto último. A decisão não transforma Shopee, Mercado Livre, iFood ou empresas similares em farmácias. Essas companhias atuarão como intermediárias tecnológicas ou logísticas, enquanto a comercialização deverá ser feita exclusivamente por estabelecimentos regularizados, com licença sanitária, autorizações exigidas e farmacêutico responsável. A responsabilidade pela procedência, armazenamento, transporte e orientação ao paciente continua com a farmácia ou drogaria anunciante. Vendedores comuns, indústrias e distribuidores sem habilitação não podem ofertar medicamentos diretamente ao consumidor. A Anvisa poderá determinar a retirada de anúncios, apreensão de produtos e suspensão de vendedores em casos de medicamentos falsificados, sem registro ou vendidos de forma irregular.

Pé no acelerador

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores divulgou dados referentes ao acumulado de janeiro a julho. No período, foram emplacados perto de 1,7 milhão de veículos novos, alta de 17,9% ante os sete primeiros meses de 2025. Só em julho, o mercado registrou 279,5 mil unidades, avanço de 14,9% na comparação anual. Os eletrificados foram o principal destaque do mês. Elétricos e híbridos responderam por 23,5% das vendas de julho, patamar recorde e mais que o dobro da participação inferior a 11% registrada um ano antes. Os elétricos puros somaram em torno de 25,8 mil emplacamentos. Os híbridos convencionais, 17,4 mil, e os híbridos *plug-in,* 19,1 mil. Juntas, essas tecnologias indicam que quase um em cada quatro veículos vendidos no País já tem algum grau de eletrificação. •

redacao@cartacapital.com.br

Ines249

Fiscal IA

TRANSPARÊNCIA Empresário goiano usa Inteligência Artificial para levar à população dados públicos de Piracanjuba

Em Piracanjuba, cidade de pouco mais de 25 mil habitantes no sul de Goiás, um sistema construído por um único morador passou a fazer o que a estrutura municipal não fazia. Desde o fim de janeiro, o Piracanjuba.ai reúne em um só lugar salários de servidores, contratos, licitações e indicadores de saúde e educação, informações que a prefeitura mantinha espalhadas em portais difíceis de navegar. O responsável é Gianluca Ferro, empresário de 35 anos que usa Inteligência Artificial para organizar o que a Lei de Acesso à Informação garante ao cidadão, mas que na prática poucos conseguem encontrar.

Ferro acompanha a administração pública de Piracanjuba desde 2012, quando tinha 22 anos e começou a questionar gastos e contratos públicos do município. Por conta do perfil crítico, muitos imaginavam que o rapaz sonhava com a carreira política. Ferro nunca, porém, se filiou a um partido, disputou eleição ou ocupou cargo público. Preferiu apostar na tecnologia. A plataforma nasceu como extensão natural do acompanhamento pessoal, um jeito de transformar anos de observação individual em ferramenta coletiva, acessível para qualquer morador da cidade.

A primeira versão funcional levou menos de uma semana para ficar pronta, com investimento de pouco mais de mil reais. O produto atual resulta de meses de testes, correções e integração de novas fontes de dados, um trabalho medido menos em dinheiro do que em horas de dedicação pessoal. O Piracanjuba.ai combina coletores automáticos, chamados de *cron jobs*, com validação manual. Remunerações são atualizadas mensalmente, contratos e licitações passam por checagem diária. Depois da coleta, os registros seguem para normalização, eliminação de duplicidades e cruzamento com outras bases, sempre com indicação da fonte original.

A Inteligência Artificial usada mistura tecnologias da Anthropic, da OpenAI e do Google, aplicadas conforme a tarefa. A plataforma classifica documentos, localiza conexões entre registros e traduz termos técnicos para linguagem simples. Contratos, valores e nomes exibidos são extraídos diretamente dos registros oficiais, não de geração automática pelo modelo.

A plataforma recebe cerca de 300 visitas por dia, volume expressivo para uma cidade de 25 mil habitantes

Correções foram feitas, claro, entre elas registros duplicados e associações equivocadas entre bases da prefeitura e da Câmara Municipal. Segundo Ferro, nenhuma se caracterizou como invenção do modelo. Foram falhas de integração entre sistemas, corrigidas assim que identificadas.

A audiência acompanha o crescimento da repercussão. A plataforma recebe cerca de 300 visitas por dia, o equivalente a 9 mil por mês, volume expressivo para uma cidade de 25 mil habitantes. Ferro descreve o público como uma mistura de moradores, jornalistas e servidores interessados em fiscalizar a gestão. Da Câmara o projeto nunca recebeu contato ou manifestação de interesse. Na prefeitura, o único gestor que o procurou para conversar foi o vice-prefeito, Milton Justus, em uma aproximação que o criador da plataforma interpreta como iniciativa pessoal, distante de qualquer posição institucional do governo.

Em 2025, no ranking do Programa Nacional de Transparência Pública, Piracanjuba ocupou a 231ª posição entre 246 municípios goianos, com índice de 54,24%. Até poucas semanas atrás, o portal oficial de transparência da cidade seguia defasado.

O contrato da prefeitura com a empresa NucleoGov para consultoria em transparência começou a valer em 3 de junho, data que coincide com a primeira repercussão do Piracanjuba.ai na mídia. Cerca de 50 dias depois, em meio a nova onda de reportagens, o portal renovado entrou no ar.

Ferro evita atribuir a mudança a um único fator, mas reconhece que o tema passou a ocupar espaço que antes não tinha no debate local. Um exemplo concreto de repercussão é o contrato 171 de 2026, no valor de 160 mil reais, para uma apresenta-

Ines249

ção musical de 40 minutos. Em meio a discussões sobre austeridade nas contas públicas, moradores passaram a colocar em dúvida o valor e a prioridade da despesa.

A plataforma funciona hoje com recursos próprios de Ferro. Uma tentativa de arrecadar doações resultou em 78 reais em quatro meses, valor insuficiente para cobrir a manutenção do banco de dados e da infraestrutura. Espaços publicitários foram oferecidos a empresários locais, mas o receio de associar a marca a uma iniciativa vista como oposição à prefeitura afastou possíveis anunciantes.

Os custos recorrentes de manutenção ficam entre 200 e 300 reais por mês. Depois da repercussão nacional, empresários e agentes políticos procuraram Ferro com propostas de apoio à expansão do projeto, mas nenhuma foi formalizada. Ele descarta vender o sistema diretamente a prefeituras, pela possibilidade de gerar conflito de interesse com o próprio objeto fiscalizado. Cogita caminhos como editais, fundações e universidades, desde que preservada a independência editorial.

Ferro desenvolve atualmente versões para os municípios de Morrinhos e Goiânia, e para o estado. A escolha das próximas cidades considera a qualidade dos portais oficiais, a relevância das bases disponíveis e a capacidade de manter as sincronizações em funcionamento. Segundo ele, quanto pior a organização dos dados públicos de um município, maior a utilidade potencial da ferramenta.

O crescimento da rede de plataformas amplia o desafio da neutralidade. Ferro afirma aplicar as mesmas regras de coleta e alerta a qualquer gestão, independentemente do partido no poder, e promete tornar públicas a metodologia, as fontes de financiamento e eventuais conflitos de interesse à medida que o projeto avança pelo interior de Goiás.

ISTOCKPHOTO E REDES SOCIAIS

Utilidade pública. Ferro acompanha os dados da prefeitura de Piracanjuba desde 2012. Os municípios de Morrinhos e Goiânia vão adotar a tecnologia

O que Piracanjuba testou em escala municipal toca um problema maior da democracia brasileira, o de leis de transparência que existem no papel, mas dependem de tradutores para chegar à população. Entre a Lei de Acesso à Informação e o entendimento do cidadão comum ainda cabe alguém disposto a organizar planilhas, cruzar registros e sustentar, sozinho, o custo de manter aberta essa ponte. •

– por Allan Ravagnani

Ines249

Direto do inferno

EXCLUSIVO Brasileiro preso no Centro do Diabo do ICE relata agruras e desespero

POR JAMIL CHADE

Daniel Fernandes Alves não consegue dormir à noite. Deitado na cama de ferro da cela que divide com mais 70 detentos, ele vive um eterno medo. Espera o tempo passar de olhos abertos, sem saber o seu destino, até que a exaustão toma seu corpo e seu inconsciente transforma as poucas horas de sono em pesadelos. Natural de Minas Gerais, Alves fez 64 anos em maio, um mês antes de completar um ano sob a custódia do governo norte-americano. Fraco e doente, ele conversou com a reportagem de *CartaCapital* de dentro de um dos centros mantidos pelo ICE – a polícia migratória repressiva e truculenta de Donald Trump –, onde 3 mil estrangeiros aguardam deportação. Ele usou os poucos créditos de telefonemas a que tem à disposição para denunciar o que vem vivendo. "Estou muito mal, doente, sem condições de tratamento, magro, passando necessidade", declara. "Vivo numa situação de precariedade. Não tem higiene, não tem água potável para tomar", lamenta.

Seu raro relato de dentro de um centro do ICE é uma fresta sobre as condições que vivem milhares de estrangeiros humilhados pelo presidente republicano. Alves residia havia mais de 20 anos na região de Orlando, no estado da Flórida. Manteve residência, atividade profissional e obrigações tributárias no país, teve em certo momento autorização de trabalho e habilitação para dirigir e conquistou um empreendimento próprio: sua empresa de construção chegou a empregar 14 pessoas, inclusive cidadãos norte-americanos. Desde 2020, ele tentava regularizar sua situação, sem sucesso, tendo recorrido a diversos tribunais. Em uma das audiências regulares, em 4 de junho de 2025, foi preso. Por um processo kafkiano, o que era para ser um período curto de prisão antes de ser deportado ao Brasil se transformou numa saga sem-fim. A Justiça exigiu que ele renunciasse aos recursos como condição para a deportação. Desesperado, ele aceitou. Mas a burocracia, a lentidão do sistema de Justiça do país e o acúmulo de estrangeiros detidos acabaram por deixá-lo esquecido no sistema.

Tem hora que dá vontade de me enforcar e acabar com tudo, desabafa Alves, que não tem ideia de quando será deportado

Ele está no Folkston ICE Processing Center, localizado dentro da prisão privada D. Ray James, no estado da Geórgia. O local é alvo de sérias denúncias de violações de direitos humanos e foi apelidado de "Devil's Center", ou o Centro do Diabo. O brasileiro conta que ele e seus companheiros de cela "vivem como lixo e criminosos", dormindo em beliches de metal com um "colchãozinho". A sujeira e o ar-condicionado, que mantém o quarto a 14 graus Celsius, causam falta de ar e uma tosse constante. "Há muita gente doente, como se tivessem Coronavírus", descreve. Para complicar, quando se pede remédio, o atendimento pode levar até uma semana.

Cerca de 70 prisioneiros dividem três sanitários e quatro pias em um ambiente sem higiene e a água oferecida para beber é a do banheiro. "Para a gente não se contaminar, fervemos no micro-ondas." Quem ousa tomar banho com os pés no piso se infecta com fungos. E a limpeza do quarto fica a cargo dos detidos, sob pena de perderem seus telefones ou a televisão. "Somos ameaçados 24 horas por dia."

A comida também é alvo das reclamações. Pelas normas do ICE, os detidos devem receber três refeições diárias – sendo duas quentes. O problema é que o Congresso destinou recursos relativos à detenção de até 41,5 mil pessoas. Mas, no início de julho, o ICE mantinha mais de 57 mil pelo país. O resultado tem sido contaminação em alimentos e uma redução brutal na qualidade da comida. Com pré-diabetes e colesterol alto, Alves vê sua saúde ser severamente comprometida. Mas é a depressão que realmente o assusta. Por conta do barulho no ambiente, ele

Ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 54
Colômbia. O terremoto ofusca a posse de Abelardo de La Espriella

Angústia. "Vivemos como lixo e criminosos", lamenta o mineiro que acreditou em Trump e está preso desde junho do ano passado

só consegue dormir quando já é madrugada e é acordado cedo pelos policiais. E não descansa quando dorme. "Tenho muitos pesadelos. Já acordei gritando, pensando que havia alguém tentando me matar." Essa sensação de pânico se agravou depois que ele presenciou a violência de um policial contra um estrangeiro, que acabou morrendo no hospital. O relato de Alves descreve um local que é o espelho de uma política marcada pelo supremacismo branco. Ali estão os indesejados do planeta. "São venezuelanos, africanos, haitianos, de Honduras, Guatemala, México, China...", lista o brasileiro. E o que eles falam sobre o governo Trump? Alves diz que o sentimento de indignação reina e admite que muitos se iludiram com as promessas de que só criminosos seriam deportados. "Vários imigrantes concordaram, porque havia muita baderna. Até eu concordava, assaltaram a casa que eu estava construindo. Mas o governo saiu do controle, mataram pessoas inocentes e até americanos. Trump vai ser muito odiado pelo mundo", constatou.

O clima no local é de medo e muitos optam pelo silêncio, para não minar seus processos de deportação. "Ninguém abre a boca. Aqui tudo é monitorado", diz Alves, que temia acabar numa solitária, sem colchão, ao conversar com um jornalista. Mas considera que chegou a hora de falar: "Nós somos seres humanos. Não podemos ser excluídos por conta de raça, cor e nacionalidade."

Se pudesse escolher entre ser libertado ou deportado, a resposta é imediata. "De coração, eu não tenho mais vontade de ficar nos Estados Unidos. Minha maior vontade é sair daqui. A liberdade é o maior valor desta vida", reconhece. O brasileiro faz um apelo para que o governo Lula atue para acelerar sua deportação. A reportagem apurou que deputados do PSOL já enviaram cartas ao Itamaraty cobrando uma ação. Sem saber o que vai lhe acontecer, o brasileiro chegou a causar pânico em sua família e, neste momento, está tomando 14 remédios diferentes e pesando 45 quilos. "Já fiquei desesperado, falei bobagens. Tem hora que dá vontade de me enforcar e acabar com tudo. Mas não penso em fazer isso. Não vou tirar minha vida em troca de nada", relata.

Em cerca de um ano e meio de governo, Trump revogou 100 mil vistos, fez dezenas de milhares de prisioneiros e ampliou como nunca os centros de detenção de estrangeiros. No ano fiscal, 350 mil foram deportados e milhares de outros que, diante do terror, optaram por sair de forma "voluntária". O número de pessoas detidas nas ruas aumentou 11 vezes, em comparação a 2024. Em pouco mais de um ano, 500 bebês foram presos pelo ICE. E a meta do governo é tão ambiciosa quanto assustadora: realizar a maior operação de deportação da história, expulsando do país 10 milhões de seres humanos. Suas cores, etnias, origem e idiomas todos sabem quais são. Não se trata de garantir a segurança de um país. Estamos diante da implementação de um projeto supremacista branco, ambicioso, com um plano detalhado, infraestrutura e muito dinheiro. •

STEPHEN MATUREN/GETTY IMAGES/AFP E REDES SOCIAIS

Ines249

Comunistas da América

EUA Pupilos de Zohran Mamdani, prefeito de Nova York, agitam as primárias do Partido Democrata

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Quando Zohran Mamdani conquistou a prefeitura de Nova York, em novembro passado, a ala moderada do Partido Democrata tratou o resultado como exceção metropolitana, uma vitória que, apesar de improvável, refletia o humor de uma cidade inclinada à esquerda. Entre republicanos, o socialista democrata enfrentou adversários que não recorreram apenas ao velho espantalho do comunismo, mas exploraram a imagem de muçulmano, imigrante e defensor da causa palestina como uma ameaça à segurança e à identidade da metrópole. Ao ressuscitar os fantasmas do 11 de Setembro e insinuar vínculos com o extremismo, os adversários tentaram transformar o medo e o preconceito em arma eleitoral. Não funcionou. Mamdani foi eleito e sete meses de governo bastaram para mostrar que ele não é apenas um fenômeno eleitoral. Sua gestão acumula avanços concretos em proteção a inquilinos, fiscalização de empregadores, transporte e expansão gradual da educação infantil gratuita. Na pesquisa do Siena Research Institute de junho, o democrata registrava 58% de aprovação, índice alto para um prefeito, sobretudo em um ambiente nacional de forte descrença na política.

Consciente de seu poder como fiador político, Mamdani decidiu endossar correligionários na tentativa de construir, nas eleições de meio de mandato em novembro, uma bancada própria no Congresso dos Estados Unidos. Os primeiros resultados dão a medida de sua força. Os três candidatos apoiados pelo prefeito venceram as primárias democratas, impondo duas derrotas a deputados em exercício e sacudindo a velha guarda do partido. Ao transformar disputas locais em um referendo sobre moradia, Israel e o poder das corporações, o nova-iorquino não apenas se firmou como um forte cabo eleitoral. Colocou a esquerda socialista no centro da disputa pelo futuro do Partido Democrata.

Brad Lander, um dos três pupilos, é figura conhecida da esquerda do Brooklyn. Ele construiu uma trajetória de defesa da moradia acessível, dos direitos dos imigrantes e de maior controle sobre o poder das corporações. Na campanha, somou a essa agenda uma crítica ao apoio militar dos EUA a Israel. Outro nome ungido por Mamdani foi Darializa Chevalier, doutoranda em Sociologia, militante da causa dos imigrantes e uma das organizadoras dos acampamentos pró-Palestina no *campus* da Universidade Columbia em 2024. Claire Valdez é uma sindicalista ligada aos Socialistas Democráticos da América, maior grupo do gênero no país. Sua trajetória política foi forjada em greves e mobilizações pelo direito à moradia.

Ativistas ganham espaço nas disputas internas da legenda

O alcance de Mamdani não se limita, porém, ao trio. Sua vitória alicerçou candidaturas que, mesmo sem receber o apoio formal do prefeito, adotam pauta semelhante: custo de vida, serviços públicos, combate ao poder corporativo e organização de base. No Colorado, no Michigan e em Washington D.C., a insurgência progressista encontrou rostos próprios e venceu prévias que o *establishment* democrata tratava como terreno seguro. No Colorado, a advogada Melat Kiros, de 29 anos, enterrou na primária a carreira de 15 mandatos de Diana DeGette na Câmara. Socialista democrática, Kiros fala em nome de uma geração para a qual moradia, saúde e creche se tornaram privilégios. Em Washington D.C., a vereadora Janeese Lewis venceu a indicação para a prefeitura com uma plataforma de creche universal, habitação social e empregos, apresentando-se como alternativa à gestão mais moderada da correligionária Muriel Bowser.

Em Michigan, deu-se o resultado mais sentido por Donald Trump e pela base MAGA. Filho de imigrantes egípcios, muçulmano e crítico da limpeza étnica de Israel em Gaza, Abdul El-Sayed conquistou a indicação democrata ao Senado em uma disputa que pode definir o controle da Casa. Médico e ex-secretário municipal de Saúde de Detroit, El-Sayed defende o Medicare for All, a taxação dos bi-

Ines249

Abre-alas. Kiros (*à esq.*) superou a veterana Diana DeGette, que cumpriu 15 mandatos na Câmara. El-Sayed (*acima*) disputará o Senado pelo Michigan. Lewis fala de moradia, creche e empregos

JEFF KOWALSKY/AFP E REDES SOCIAIS

lionários, o fechamento do ICE e a suspensão do apoio militar norte-americano a Tel-Aviv. Na reta final da primária e, sobretudo, depois de sua vitória, o democrata virou alvo de ataques islamofóbicos. Em 5 de agosto, o senador republicano Tommy Tuberville chamou-o de "terrorista" e "islamista radical" em uma postagem no X. Dois dias depois, Nancy Mace, deputada da Carolina do Sul derrotada nas primárias republicanas para o governo estadual, escreveu na mesma rede que "todo muçulmano que ocupa um cargo público nos Estados Unidos" representa "uma ameaça tanto à segurança nacional quanto à nossa república". Na segunda-feira 10, Trump elevou o tom. Em conversa com jornalistas no Salão Oval, afirmou haver "jihadistas sendo eleitos por toda parte". El-Sayed respondeu aos ataques durante entrevista à rede de tevê CNN. Disse que o presidente do país e integrantes do MAGA tentam definir os EUA como um país "pequeno demais para incluir certos tipos de gente", ao usar seu nome e sua fé para insinuar que ele seria menos norte-americano. "Eles querem uma América pequena. E eu acredito que a América é grande, de mente aberta e de coração generoso."

A forma como El-Sayed define o país onde nasceu também ilustra o desafio da elite democrata. Para sobreviver, o partido terá de reconhecer que a linguagem de Mamdani e de seus aliados alcançou eleitores afastados da política tradicional, inclusive nos estados-pêndulo, no Meio-Oeste e nos subúrbios. A ironia é que até Trump foi arrastado para esse terreno. Depois de transformar Mamdani em "comunista", o presidente passou a falar em objetivos comuns de *affordability*. Aliados republicanos, entre eles Michael Whatley, candidato ao Senado pela Carolina do Norte, passaram a disputar o tema do custo de vida com outra receita, cortes de impostos, desregulação e expansão da oferta imobiliária. Segundo as pesquisas de boca de urna da NBC News, em novembro passado, 9% dos eleitores de Trump em 2024 apoiaram Mamdani na disputa à prefeitura. Depois de se reunir com o então prefeito eleito, o próprio Trump citou o dado: "Muitos dos meus eleitores votaram no Mamdani. Um em cada dez, e eu não me importo com isso". Não sejamos ingênuos. Não há aí uma conversão trumpista à agenda do prefeito, mas o reconhecimento, ainda que relutante, de que a crise do custo de vida extrapola as trincheiras ideológicas. Resta saber se o prefeito da cidade mais populosa dos EUA de fato mudou o debate nacional ou se a crise social que afeta o país apenas tornou inevitável o assunto. •

Ines249

Duplo abalo

COLÔMBIA O terremoto ofusca a agenda ultraliberal que Espriella queria mostrar ao mundo

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Abelardo de la Espriella assumiu a Presidência da Colômbia na sexta-feira 7 com a promessa de provocar um terremoto político. Três dias depois, foi surpreendido por um movimento sísmico real tão violento que matou mais de 200 compatriotas e deixou outras centenas de feridos e desaparecidos e se viu obrigado a dar um cavalo de pau nas prioridades. O novo expoente da ultradireita sul-americana tinha planejado entrar em cena com um pacote de medidas espalhafatosas, mas a tragédia inesperada o forçou a decretar estado de emergência econômica e social. Sem nenhuma experiência administrativa prévia em cargos públicos, Espriella teve de tocar uma máquina administrativa que a duras penas chegava aos atingidos. Passadas 24 horas da tragédia, o prefeito do município de El Cairo, no Vale do Cauca, se queixava de que "nenhuma ajuda havia chegado aos moradores".

Além de ser um dos maiores desastres humanitários da história da Colômbia, o terremoto de 10 de agosto teve o efeito de um jato d'água na espoleta da agenda ideológica de Espriella, que, mesmo assim, seguiu adiante com atitudes tão descoladas da realidade quanto a retomada dos bombardeios aéreos contra grupos criminosos locais, no mesmo dia do terremoto, e o reconhecimento da reivindicação ilegal de Israel sobre as Colinas de Golã, pertencentes à Síria, um assunto completamente alheio às preocupações de uma população mais interessada em obter água, luz, comida, abrigo e acesso à internet.

Os bombardeios contra grupos armados foram iniciados no terceiro dia do novo governo. Com eles, Espriella busca refundar a política de guerra às drogas que marcou o governo de Álvaro Uribe, líder da direita latifundiária colombiana, cuja família é acusada de manter laços estreitos e históricos com os milicianos paramilitares das chamadas Autodefesas Unidas da Colômbia. Voltar a empregar as forças armadas em operações militares de grande envergadura na selva colombiana corresponde a reabrir a guerra civil que durou meio século. Ao optar pela violência, o novo presidente desprezou o acordo de paz firmado na gestão de Juan Manuel Santos, em novembro de 2016.

Ataques pontuais a guerrilheiros não são uma novidade completa. A diferença é que Espriella considera o acordo um "erro histórico". A Colômbia até manteve algumas investidas isoladas contra focos guerrilheiros renitentes, independentemente de quem era o presidente. Nos últimos dez anos, essas ações eram tidas, no entanto, como táticas e pontuais. O antecessor de Espriella, Gustavo Petro, de esquerda, só autorizou a primeira ação do tipo quando havia transcorrido metade de seu mandato. O ultradireitista, ao contrário, ordenou seu primeiro bombardeio aéreo logo de cara, anunciando uma retomada da postura belicista como carro-chefe de suas ações na área de segurança.

Em meio à tragédia, o novo presidente decidiu bombardear áreas de guerrilha

Ainda durante a campanha, Espriella lançou um ultimato a líderes do Exército de Libertação Nacional e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia que resistiram a aderir ao plano de paz e se mantiveram mobilizados contra o governo. Ao assumir, mandou bombardear essas posições e avançar sobre elas com grupos de forças especiais. Além disso, ameaça retirar os benefícios concedidos a alguns guerrilheiros que, de boa-fé, largaram as armas e aderiram aos termos do acordo.

A Agência para a Reincorporação e a Normalização estima que 80% dos ex-guerrilheiros que aceitaram depor armas e serem reincorporados à vida civil na Colômbia desde 2016 têm cumprido seus compromissos. Mas, agora, com um presidente que classifica o acordo como um "erro" e ameaça rever os termos acordados, torna-se difícil prever o comportamento de quem aderiu.

A retórica incendiária de Espriella também força a associação de políticos, ativistas e eleitores de esquerda com as guerrilhas. Essa forma de fazer política gera apreensão em organizações de direitos humanos como a colombiana De Justicia, que alerta para o risco de "estigmatização" da oposição. "Para os que esperam diálogo e paz, este está sendo um péssimo início, que mantém as expectati-

Ines249

JAIME SALDARRIAGA/AFP E LUIS ACOSTA/AFP

vas realmente muito baixas", afirma Melissa Cabrera, gerente de projetos da ONG Artigo 19 para a América do Sul, que trabalha com a defesa da liberdade de expressão. "Os colombianos, de forma geral", diz Cabrera, "não veem com maus olhos o enfrentamento militar às guerrilhas", que por 50 anos protagonizaram inúmeras violações de direitos humanos no país. "A questão", prossegue, "é que o acordo de paz de 2016 trouxe pela primeira vez uma perspectiva de pacificação, agora jogada por terra" com o discurso de Espriella, de que a saída é pelas armas. "Nós não demos tempo suficiente para a via do diálogo."

Enquanto militariza a agenda interna, Espriella acena para fora do país. Com o anúncio a respeito das Colinas de Golã, o intuito foi proclamar o alinhamento com Israel, país convertido pela ultradireita em ponto focal de sua agenda internacional. Assim que o anúncio foi feito, a conta da chancelaria colombiana na rede social X foi inundada por comentários indignados, feitos por eleitores que não entendiam qual o sentido da decisão, enquanto o povo contava seus mortos. A desconexão de contextos demonstrou a ansiedade do novo governo em acenar para seus iguais, mesmo em meio a uma tragédia. Sem contar a ilegalidade do gesto em si, que viola uma resolução da ONU e atropela os limites territoriais de Israel, tal como traçados originalmente, em 1948.

Este aceno é ainda um sinal de alinhamento a Washington. O problema, diz Cabrera, é que "nós não sabemos o que está sendo prometido a Trump em troca desse apoio. Os norte-americanos sempre apoiaram a guerra, com o Plano Colômbia, mas, desta vez, a transparência é muito menor, e o atual governo não faz as coisas transparentes nem é contido por normas de direitos humanos e pelo direito internacional". •

Qual a prioridade? Prefeitos da região afetada reclamam da falta de apoio federal. Enquanto isso, o novo presidente faz agrados ao governo israelense

Ines249

Os novos monstros

GÊNERO O escritor Grady Hendrix e a cineasta Jane Schoenbrun recriam, de modo crítico, os filmes de matança dos anos 1980

POR MARCELO MIRANDA

Publicado em 2021 e lançado há algumas semanas no Brasil, o romance *O Grupo de Apoio para Garotas Finais* (Intrínseca, 368 págs., 74,90 reais), do norte-americano Grady Hendrix, mostra seis mulheres de meia-idade que, na juventude, sobreviveram a assassinos brutais e tiveram suas vidas transformadas em espetáculo.

No fim de julho, a Paramount Pictures anunciou a adaptação do livro para o cinema, a ser dirigida por Christopher Landon, realizador do sucesso *A Morte Te Dá Parabéns* (2017).

Hendrix, presença constante nas prateleiras de horror das livrarias brasileiras, teve um segundo livro lançado este ano no Brasil: *Vendemos Nossas Almas* (Intrínseca, 320 págs., 74,90 reais), que tem como protagonista um roqueiro que descobre ter tido a própria alma vendida ao demônio.

Enquanto isso, estreou no circuito, na quinta-feira 13, *Acampamento Miasma: Adolescência, Sexo e Morte*, novo filme da também norte-americana Jane Schoenbrun, que virou *cult* com *Eu Vi o Brilho da TV* (2024). Tanto o longa-metragem quanto *O Grupo de Apoio para Garotas Finais* refletem a evidente reconfiguração das formas de se olhar e pensar um subgênero do terror, o *slasher* – ou, em português, "filme de matança".

Popularizados entre o fim dos anos 1970 e início dos 1980, esses filmes se caracterizavam pela repetição de elementos: um assassino ou perseguidor, frequentemente mascarado; vítimas jovens; espaços isolados; uso recorrente do ponto de vista do criminoso; personagens definidos mais por funções narrativas do que por psicologia; e uma sobrevivente que chega ao confronto derradeiro com o antagonista.

O termo em inglês vem de *slash*, que significa cortar, golpear. Títulos como *Halloween – A Noite do Terror* (1978), de John Carpenter, *Sexta-feira 13* (1980), de Sean S. Cunningham, e *Chamas da Morte* (1981), de Tony Maylam, cristalizaram o imaginário do *slasher*, que dominou o cinema de horror pelo menos até 1985, com dezenas de novos filmes lançados todos os anos.

A indústria logo percebeu a eficiência do modelo: filmes baratos que podiam gerar continuações e novas variações de uma estrutura conhecida. A produção tornou-se tão abundante que acabou por desgastar o gênero. O vídeo doméstico, surgido em meados dos anos 1980, prolongaria sua existência com filmes cada vez mais derivativos.

> "Não sou eu que sou obcecada por gênero nos filmes *slasher*, são os filmes *slasher* que são obcecados por gênero", afirmou Jane, em Cannes

Isso, ao menos até 1996, quando *Pânico*, de Wes Craven, reapresentou o subgênero a uma nova geração, acrescido de metalinguagem e autorreferências. Desde então, o filme de Craven teve seis sequências e uma série de tevê.

Foi nos *slasher*s que se consolidou a emblemática figura da *final girl*, ou "garota final". O conceito, formulado pela pesquisadora norte-americana Carol J. Clover, em 1987, designa a sobrevivente que atravessa a matança e enfrenta o assassino no desfecho.

Associado às convenções morais e sexuais dos filmes da época, o conceito de *final girl* foi revisado e problematizado algumas vezes, mas a denominação se manteve intacta. Laurie Strode (Jamie Lee Curtis), de *Halloween*, Nancy Thompson (Heather Langenkamp), de *A Hora do Pesadelo*, e mesmo a mais moderna Sidney Prescott (Neve Campbell), de *Pânico* (1996), deixaram de ser apenas personagens para virar uma categoria cultural.

Não à toa, a figura da *final girl* está tanto no livro de Grady Hendrix quanto no

Ines249

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 60
Arte. O Instituto Tomie Ohtake celebra os 25 anos, e também a reação a uma crise

PLANE B/MUBI E JAMIE MCCARTHY/GETTY IMAGES/AFP

filme de Jane. A diferença é que, agora, ela é retratada com bastante autoconsciência da parte dos criadores. "*Slashers* não são histórias sobre pessoas morrendo, e sim sobre pessoas decidindo viver", resume Hendrix, em entrevista a *CartaCapital*.

O Grupo de Apoio para Garotas Finais inicia-se justamente no ponto em que o *slasher* tradicional costuma terminar: Hendrix imagina um enredo a partir do que aconteceria com essas garotas depois de elas terem sobrevivido. As seis protagonistas estiveram, no passado, no centro de matanças que fazem referência aos longas-metragens *Halloween, Sexta-feira 13, A Hora do Pesadelo, O Massacre da Serra Elétrica* (1974) e *Pânico*.

Revival. *Acampamento Miasma: Adolescência, Sexo e Morte*, de Jane Schoenbrun (*à esq.*), está em cartaz. O livro *O Grupo de Apoio para Garotas Finais* também vai virar filme

Ines249

Decorridas algumas décadas, as personagens carregam a fama de terem sobrevivido, mas também traumas e a sensação de terem sido exploradas por uma cultura que consumiu suas histórias e depois as esqueceu. Elas se reúnem periodicamente às escondidas, até que o surgimento de um matador misterioso e implacável as obriga a fugir novamente.

A ideia para a trama veio de uma antiga experiência de Hendrix como espectador e fã do gênero. Ele tinha 15 anos quando assistiu, em 1987, a *A Hora do Pesadelo 3: Os Guerreiros dos Sonhos*, dirigido por Chuck Russell.

Para além dos ataques de Freddy Krueger, o que mais chamou sua atenção foi o fato de a personagem Nancy Thompson, vivida pela atriz Heather Langenkamp, protagonista do primeiro filme, em 1984, reaparecer numa sessão de terapia em grupo para pessoas aterrorizadas pelo monstro. "Era a personagem de um filme anterior ressurgindo para tratar seus traumas", observa o autor.

Para Hendrix, a narrativa arquetípica dos filmes de matança está nos contos de fadas, em especial *Chapeuzinho Vermelho*, por ele considerado o *slasher* original: "Uma adolescente vai sozinha a um lugar que deveria ser seguro, recebe instruções muito claras e, ao ignorá-las, encontra uma figura masculina monstruosa maior e mais forte do que ela e precisa de astúcia e esperteza para vencer".

Ao mesmo tempo que tem um amor declarado pelo gênero, Grady Hendrix reconhece suas contradições: o prazer estético de um horror artístico caracterizado por imagens ora assustadoras e agressivas, ora debochadas e exageradas.

"Meu trabalho é levar os elementos do horror tão a sério que eles se dobrem, mas não quebrem; que sejam questionados, mas não explodidos", diz. "Essas histórias existem há tanto tempo que se tornaram referenciais. São tão poderosas que queremos ouvi-las repetidamente."

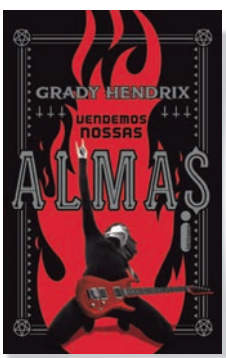
Acampamento Miasma: Adolescência, Sexo e Morte é fruto direto tanto desses paradoxos quanto da admiração de Jane Schoenbrun pelo subgênero – que, historicamente, teve outras poucas diretoras, entre elas Amy Holden Jones (*O Massacre*, em 1982) e Carol Frank (*Mansão da Morte*, 1986).

No filme, Kris (Hannah Einbinder) é uma jovem cineasta contratada para fazer o *reboot* de uma franquia *slasher* desgastada por continuações e derivações. Durante a pesquisa para a realização do trabalho, ela passa uns dias com Billy (Gillian Anderson), atriz reclusa que protagonizou o filme original e se afastou da indústria do entretenimento.

A partir daí o imaginário da franquia passa a assombrar a cineasta. O encontro entre as duas mulheres – que representam também duas gerações – serve para Jane Schoenbrun construir uma reflexão sofisticada e espirituosa sobre o quanto o *slasher*, que fascinou tanta gente no passado, reverbera de forma diferente nos dias de hoje.

A representação do gênero – masculino e feminino – e a misoginia não escapam ao olhar da realizadora de 39 anos. No último Festival de Cannes, onde o longa-metragem competiu na seção Un Certain Regard, a diretora embutiu sua crítica em um trocadilho: "Não sou eu que sou obcecada por gênero nos filmes *slasher*; são os filmes *slasher* que são obcecados por gênero".

Jane Schoenbrun, que se identifica como transfeminina não binária, sugere que as tensões e valores ligados às identidades de gênero já estavam nos filmes do passado: o corpo monstruoso, a punição, as máscaras e as definições rígi-



Humor espirituoso. Além de *O Grupo de Apoio para Garotas Finais*, Hendrix teve um segundo livro lançado neste ano no Brasil: *Vendemos Nossas Almas*

Ines249

NEW LINE E ALBERT MICHELL

Fascínio e trauma. Os papéis da atriz Heather Langenkamp em *A Hora do Pesadelo* (1984) e *A Hora do Pesadelo 3* (1987) marcaram profundamente Hendrix

das de quem cabe em cada clichê social.

Em certo momento, em *Acampamento Miasma*, a veterana Billy diz à jovem cineasta: "Não estávamos tratando (nesses filmes) de representações culturais da monstruosidade nem questões de gênero nem nada disso. O que tinha a ver eram duas coisas muito simples: carne e fluidos".

Billy é uma personagem marcada pela contradição: ao mesmo tempo que a feriu, a estética do filme que protagonizou a fascina. A proposta, como afirmou Jane em Cannes, é "refazer uma linguagem para novos fins", respeitando um legado de 45 anos e, ao mesmo tempo, atualizando-o.

> "*Slashers* não são histórias sobre pessoas morrendo, e sim sobre pessoas decidindo viver", resume Hendrix

Jane e Hendrix não estão sozinhos. Outros artistas nascidos quando os *slashers* davam sinais de cansaço têm revivido o subgênero a partir de referências explícitas e questionamentos.

Uma Natureza Violenta (2024), de Chris Nash, parte da estrutura elementar de *Sexta-feira 13* – jovens em um lugar remoto e um matador brutal a persegui-los – para tentar responder à seguinte pergunta: "O que faz o Jason quando não está matando jovens?". No filme, um matador muito similar a Jason aparece, em boa parte do tempo, apenas andando tediosamente pelos espaços próximos de onde estão os jovens.

No caso de *X – A Marca da Morte* (2022), Ti West ambienta o enredo nos anos 1970 e usa referências de *slashers* para tratar de desejo e envelhecimento: um grupo de jovens faz um filme pornô numa fazenda e é atacado por alguém que não os quer ali.

A comédia macabra *Morte, Morte, Morte!* (2022), de Halina Reijn, mostra as desventuras de amigos que estão em uma festa e vão, um a um, sendo assassinados ao longo da noite. Na trama, a diretora satiriza as relações juvenis mediadas pelas performances nas redes sociais.

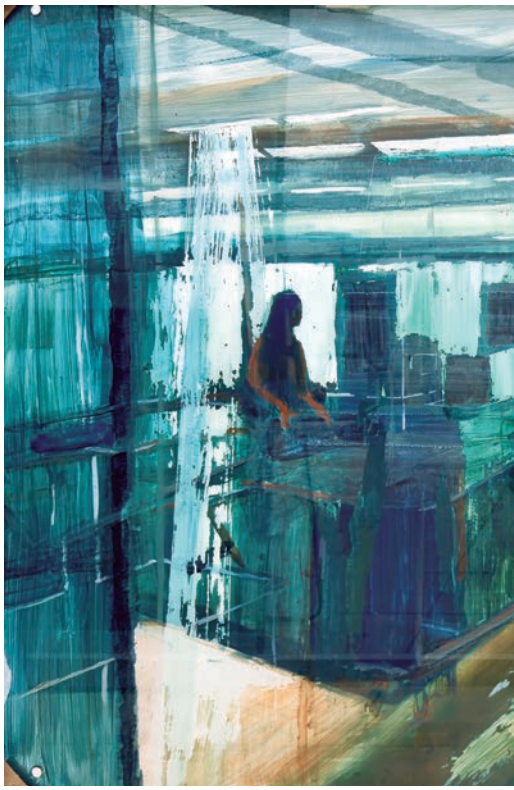
Nenhum desses filmes revê o *slasher* a partir de um conjunto de regras reencenadas – que é o caso de derivações nostálgicas, como *Pânico 7* (2026), que faz uso de procedimentos conhecidos acrescidos de piadinhas de legado. O "neo-slasher" busca novas perspectivas para um subgênero que, como seus próprios monstros, insiste em não morrer. •

Ines249

Após a crise, a celebração

ARTE O Instituto Tomie Ohtake chega aos 25 anos com novo modelo institucional e parcerias com associações e coletivos

POR ANA PAULA SOUSA



"Vinte e cinco anos não é pouca coisa para uma instituição gratuita, aberta ao público todos os dias, que recebe 600 mil pessoas por ano. Tem gente que entra aqui para usar o banheiro e acaba vendo arte."

Foi com esta frase que Cristina Naumovs, diretora de comunicação do Instituto Tomie Ohtake, abriu, na quarta-feira 5, um café da manhã em comemoração aos 25 anos da instituição. O evento foi realizado no restaurante Santinho, no térreo do edifício de vidro roxo e azul que virou ponto de referência no Baixo Pinheiros, onde começa a Avenida Brigadeiro Faria Lima.

Trata-se de um ponto de referência a um só tempo geográfico e cultural. Geográfico pela singularidade do complexo do Laboratório Aché projetado pelo arquiteto Ruy Ohtake: uma torre de 23 andares e um edifício longo e baixo. Cultural porque, neste quarto de século, o Instituto, com uma programação que cruza artes visuais, arquitetura e design e um projeto educativo, firmou sua marca no circuito de exposições do País.

Pouco antes da efeméride, no entanto, o Tomie Ohtake passou por uma crise que ameaçou sua continuidade. O respiro veio há pouco mais de um ano, quando o Nubank assegurou, até 2027, um patrocínio anual de 10 milhões de reais, que cobre cerca de 40% do orçamento.

No mesmo período, foi preciso renegociar com a Aché o prolongamento do prazo de cessão das galerias, que estava perto de vencer. Não deve ter sido por acaso que, no evento da semana passada, Ricardo Ohtake – filho da artista que dá nome à casa, irmão de Ruy e fundador da instituição – quis recordar a origem do espaço.

"Os sócios do Laboratório Aché, quando construíram o prédio, queriam fazer algo importante para a cidade", disse. Foram cinco anos de obras, de 1996 a 2001, num complexo de cerca de 7,5 mil metros quadrados. "Um dos donos do laboratório era amigo do Ruy, vivia lá em casa, e foi ele quem disse que o espaço deveria levar o nome da Tomie, nossa mãe."

A inauguração aconteceu em 21 de no-

Antes da efeméride, o espaço viu sua continuidade ameaçada pela falta de recursos

Ines249

Programação. As exposições *Contrarregra*, de Tatiana Blass (*ao alto, à esq.*); *O Que Que É Isso?*, de Sheila Hicks (*à esq.*); e *O Sol Daqui*, de Tomie Ohtake dão seguimento à celebração em torno do aniversário, em novembro

ERICA MAYUMI E REDES SOCIAIS

Ines249

Nova governança. Em 2023, Ricardo Ohtake deixou a presidência e migrou para o conselho consultivo. Em 2024, Gabriela Moulin assumiu a diretoria-executiva do espaço

vembro de 2001, data do aniversário de 88 anos de Tomie. Ricardo lembra que foi uma noite de chuva torrencial em São Paulo e que os convidados entravam molhados, dando tapinhas nas roupas para tentar se livrar da água. Com o grande movimento, o trânsito no entorno parou.

Embora seja ligada a uma família, como muitas dos centros culturais paulistanas, o Instituto Tomie Ohtake tem uma diferença: a família, ao contrário do que acontece, por exemplo, com o Instituto Moreira Salles e com o Itaú Cultural, não a mantém. A instituição tampouco recebe repasses do governo, como acontece com a Pinacoteca. "Sempre tivemos dificuldades brutais para levantar recursos", disse Ricardo Ohtake.

O que a manteve foram basicamente os recursos da Lei Rouanet. Se, de início, havia sobretudo exposições ligadas à arte contemporânea, especialmente brasileira, o Instituto passou depois a realizar grandes mostras internacionais – como as de Miró, Dalí, Van Gogh, Yayoi Kusama, Frida Kahlo e Louise Bourgeois.

Algumas receberam mais de 500 mil visitantes. E o Instituto, em certos anos, chegou a figurar entre os maiores captadores da Lei Rouanet. Mas foram mudando os tempos e os ventos: surgiram outras instituições, o olhar eurocêntrico para as artes perdeu força e novos modelos de governança se estabeleceram.

Além disso, a partir de 2019, os ataques de Jair Bolsonaro à Lei Rouanet dificultaram a captação e, em 2020, veio a pandemia. Em 2021, foi dado um primeiro passo rumo à reorganização institucional, com a criação de um conselho formado por 23 pessoas – 12 delas mulheres. A presidente do Conselho era Flávia Almeida, recentemente anunciada como presidente do Masp.

> "As empresas que patrocinam são, em geral, bancos, empresas de infraestrutura, óleo e gás", diz Moulin

À época, Ohtake afirmou a esta repórter: "O corte abrupto, provocado pela pandemia, acabou por ensejar a mudança que vinha sendo preparada". No fim de 2023, ele deixaria a presidência da instituição para assumir o Conselho Consultivo.

"Acho que houve um movimento de se pensar o futuro. A instituição foi criada pela família, mas ela é de interesse público", diz Gabriela Moulin, que chegou em 2022 e se tornou diretora-executiva em 2024.

De acordo com Gabriela, 98% dos recursos – os do Nubank incluídos – são obtidos via Lei Rouanet. "As empresas que patrocinam são, em geral, bancos, empresas de infraestrutura, óleo e gás. E há uma disputa entre elas nesse trabalho de construção de marca", explica. "Hoje, temos também o patrocínio de Itaú e Bradesco."

Graças a isso, haverá, em 2027, uma programação encorpada. Dentre as exposições, há algumas feitas em conjunto com movimentos sociais, como a Associação dos Produtores de São Paulo, e coletivos, como o dos Presos Políticos da Frei Caneca. "Esse período que atravessamos também nos deu a liberdade de experimentar", diz Gabriela. "Hoje, nos relacionamos com instituições de muitos portes."

Ainda que o futuro nunca esteja garantido – inclusive porque o maior apoio vai até 2027 –, o presente permite que o ano da efeméride se encerre como se deve. Estão por vir, neste semestre, as exposições *Contrarregra*, de Tatiana Blass; *O Que Que É Isso?*, de Sheila Hicks, e, no mês de aniversário, uma nova mostra de Tomie Ohtake, a 41ª desde a inauguração.

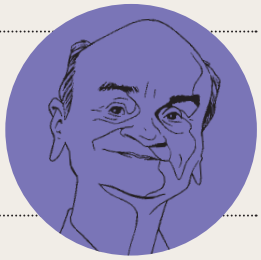
Ela se chama *O Sol Daqui* e reúne parte dos arquivos da pintora que nasceu no Japão, chegou ao Brasil em 1936 e morreu em 2015, aos 101 anos. "Hoje, entendemos melhor o que significava ser uma mulher, imigrante e se tornar artista aos 39 anos", diz Gabriela. "Este é o único centro cultural de grande porte da América Latina a levar o nome de uma artista mulher." •

DANIEL CABREL

Ines249

DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000



Batendo as asas

▶ O grande deslocamento de populações humanas tem sido responsável pela disseminação dos mosquitos e das doenças transmitidas por eles

Anos atrás, gravei um programa para o *Fantástico*, da TV Globo, entre os ribeirinhos do Alto Rio Negro, no Amazonas. Quando lhes perguntei qual era o animal mais perigoso para os seres humanos, citaram a cobra, a onça, as piranhas, os jacarés e até leões e tigres. Ficaram surpresos quando lhes disse que era o mosquito.

Os mosquitos são animais bem-sucedidos do ponto de vista evolutivo. Estão na Terra há muito mais tempo do que nós. Estima-se que as primeiras espécies da família *Culicidae* surgiram entre 200 milhões e 230 milhões de anos atrás. Quando aquele meteoro caiu na Península de Yucatán, no México, há 66 milhões de anos, extinguindo os dinossauros, os mosquitos sobreviveram.

Nos últimos 50 milhões de anos, a família se diversificou, dando origem aos gêneros *Aedes*, *Anopheles* e *Culex*. Nesses gêneros, o metabolismo energético das fêmeas e dos machos depende da ingestão de carboidratos retirados das flores, da seiva e dos frutos. As fêmeas, no entanto, necessitam sugar sangue para obter as proteínas necessárias à produção dos ovos que darão origem às novas gerações.

Esse capricho biológico é que os torna os animais mais perigosos da Terra. Ao sugar o sangue de vários indivíduos, as fêmeas podem infectar-se por microrganismos presentes na corrente sanguínea, que serão transmitidos por elas de uma pessoa para outra.

O deslocamento de populações humanas tem sido responsável pela disseminação dos mosquitos e das doenças transmitidas por eles.

O exemplo clássico é o do infame tráfico de africanos escravizados para as Américas, com a introdução de doenças que não existiam entre os povos originais desses continentes. É o caso do *Aedes aegipty* transportado nos porões dos navios, que causou epidemias de febre amarela nos países das três Américas, a partir do século XVI.

A presença do mesmo *Aedes aegipty* levou a malária para várias partes do mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), depois de leve declínio, o número de doentes com malária voltou a crescer a partir de 2015. Em 2023, foram 273 milhões de casos; no ano seguinte, 282 milhões, com 610 mil mortes.

A dengue atingiu o recorde de 14 milhões de casos relatados à OMS, e 12 mil mortes. A doença espalhou-se pelas Américas e atingiu áreas que se achavam livres dela, na Europa, na Ásia e na Austrália.

Nos últimos 20 anos, a chikungunya emergiu em mais de cem países, causando surtos epidêmicos na China, Itália e França. No ano passado, provocou 46 mortes em Cuba.

Entre junho de 2025 e abril de 2026, um parente muito próximo do *Aedes aegipty*, o *Aedes albopictus* invadiu várias áreas da Europa, entre as quais Portugal, França e Grécia, transmitindo dengue e chikungunya para populações até então virgens dessas arboviroses.

O *Aedes aegipty* foi o que mais se disseminou pelo mundo. Hoje, ele está presente em 150 países. Conseguiu instalar-se até em partes da América do Sul com invernos mais rigorosos, a exemplo do Sul do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Hoje há casos bem documentados em altitudes elevadas.

É um fenômeno novo, porque, para se reproduzir, o *Aedes aegipty* precisa de temperaturas altas e chuvas. Essas áreas da América do Sul com temperaturas mais baixas em boa parte do ano dificultavam a proliferação de criadouros. Tais condições, no entanto, estão mudando por causa do aquecimento global, que oferece ambientes mais favoráveis à sobrevivência das larvas, nas coleções de águas paradas.

Além das mudanças climáticas, o processo de urbanização, as características das moradias em áreas com adensamento populacional, a destruição do ambiente, as modificações ecológicas e a instabilidade social favorecem a disseminação dos mosquitos.

Contribuem também a intensificação dos tráfegos aéreo e terrestre, do comércio internacional de produtos e a manipulação dos recursos hídricos por meio da irrigação. Mosquitos que sempre dependeram das próprias asas para se deslocar, hoje viajam de avião, trens, carros e até transatlânticos.

Uma revisão recente mostrou que, do ano 2000 a esta data, 12 espécies de mosquitos-vetores de doenças invadiram novas regiões das Américas, Ásia, Europa e Oceania. A partir dos dados numéricos, os autores concluíram que "os mosquitos estão se espalhando rapidamente pelo mundo".

As alterações climáticas e as condições sociais têm expandido os territórios desses nossos inimigos. O antiquado rótulo de doenças tropicais deve ser esquecido. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Ines249

Terra, planeta água

LIVRO Dono de intuição afiada, Viktor Schauberger criou, no início do século XX, teorias sobre o meio ambiente

POR MARIA FERNANDA VOMERO

"Se destruirmos a água e a arrancarmos de seu berço, a floresta, estaremos nos privando do nosso bem mais precioso: a nossa saúde. Com isso, perderemos também nosso lugar de origem, o nosso hábitat."

A reflexão, com tons proféticos, continua: "Tão inquietos quanto a água desprovida de alma, também nós seremos forçados a vagar. E, por onde quer que passemos, logo se instalarão a decomposição, o desassossego, a ruína, a pobreza e a privação".

Embora soe atual, a afirmação acima foi escrita há cerca de 90 anos pelo ambientalista austríaco Viktor Schauberger (1885-1958) em seu único livro, *Unsere Sinnlose Arbeit* (*Nosso Trabalho Sem Sentido*, em tradução livre), publicado em 1933.

Trata-se de uma crítica contundente à exploração predatória da natureza, sem respeito a seus ciclos vitais.

Nascido em uma família dedicada, por gerações, à silvicultura, Schauberger recusou-se a buscar formação acadêmica tradicional. Preferiu embrenhar-se nas florestas da Alta Áustria, região onde trabalhou como guarda-florestal, e se dedicar à observação do meio ambiente.

Graças a uma intuição afiada e ao exercício indutivo, Schauberger desenvolveu ousadas teorias sobre a água – muitas delas posteriormente comprovadas –, compiladas em capítulos de seu livro e artigos esparsos.

São esses textos, organizados e traduzidos para o inglês em 1997 pelo ambientalista britânico Callum Coats, um entusiasta do pensamento do austríaco, que compõem *A Inteligência das Águas*.

"Viktor transformava a percepção sobre os movimentos da natureza em filosofia, não em fórmulas químicas", afirma o engenheiro ambiental Felipe Figueira, tradutor da obra. "Ele não via a água como mero recurso, mas como um organismo vivo."

Uma das contribuições do austríaco

Ines249

foi compreender e explicar, de forma minuciosa, o ciclo hidrológico, sempre atento à interação da água – o "sangue da Terra" – com o ambiente em sua totalidade.

A água tem um peculiar processo de maturação. Ao ser submetida a condições ou extração inadequadas, "perde a sua alma" e adoece, deixando também os demais seres enfermos.

"Me chamou a atenção a maneira como ele associava esses problemas à crise social e humanitária de sua época, que não difere muito do que a gente está vivendo hoje", diz Figueira, lembrando que Schauberger passou pelas duas guerras mundiais. "Ele estava à frente de seu tempo."

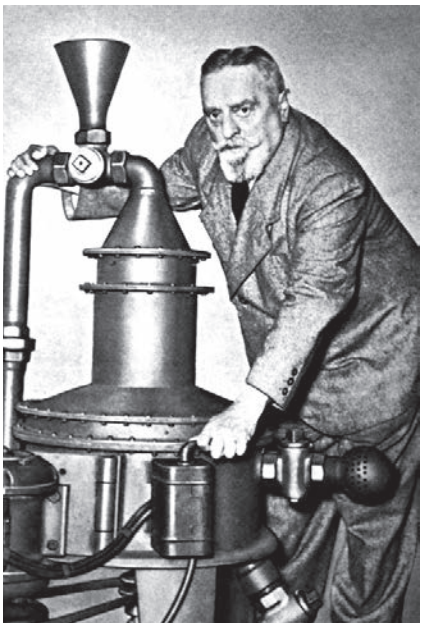
O livro editado por Coats, cujo nome original é *The Water Wizard* (*O Mago das Águas*, epíteto atribuído a Viktor Schauberger), foi apresentado a Figueira por João Batista Oliveira, fundador da ONG Nascentes, uma das instituições apoiadoras do projeto.

O trabalho de mergulho no pensamento do austríaco e de tradução dos textos levou cinco anos. Ele envolveu interlocuções com outros ambientalistas e pesquisadores que atuam em prol das águas no Brasil.

Ficou evidente para Figueira que as conclusões de Schauberger sobre a inteligência das águas e de outros processos sistêmicos do planeta tinham muitas afinidades com a cosmovisão dos povos originários do Brasil e de outros territórios.

Por isso, para o lançamento do livro, três meses atrás, no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo, além da ativista Pissielly Sarrlorrer, da ONG Nascentes, Figueira convidou o pensador indígena Ailton Krenak.

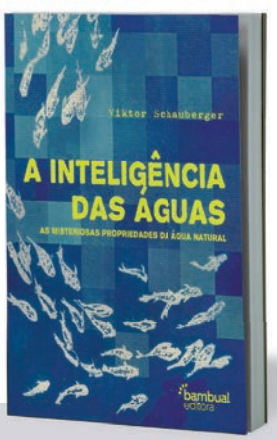
"É maravilhoso imaginar que um organismo tão inteligente e tão poderoso produziu boa parte de tudo que a gente entende como mundo", afirma Krenak. "Não seria exagero dizer que a inteligência da água é aquela que cria, diferente de outra, que só copia, a Inteligência Artificial."



Profético. O austríaco Schauberger embrenhou-se nas florestas de seu país, onde trabalhou como guarda-florestal, e dedicou-se à observação da natureza

Hoje, entre os temas de maior importância envolvendo gestão hídrica, está o impacto dos *data centers*, centros de armazenamento e processamento de dados que sustentam o uso dos recursos de Inteligência Artificial e outros serviços digitais.

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, *na sigla em inglês*), o consumo anual de água pelos *data centers* chega a 560 bilhões de litros e, até 2030, pode dobrar.



A INTELIGÊNCIA DAS ÁGUAS

Viktor Schauberger. Org.: Callum Coats. Tradução: Felipe Figueira. Bambual (320 págs., 115 reais)

Se Schauberger se mostrava cético quanto às tecnologias de manejo hídrico de sua época, Figueira e Krenak também revelam preocupação com o uso nada sustentável da água por atividades econômicas predatórias e a contaminação de rios, mananciais e lençóis freáticos.

"Tem uma música do Dori Caymmi que diz que a água do rio tem medo de gente", conta Krenak, referindo-se à canção *A Água do Rio Doce*. "Como é que os humanos conseguiram tornar-se uma coisa tão terrível a ponto de impor medo à água?", questiona.

"Da janela da cozinha lá de casa, a uns 400 metros, passa ainda o corpo trágico do Rio Doce, arregaçado pela lama da mineração", diz. "Fora do discurso tecnocrata das empreiteiras, eu digo que o Atu, esse é o nome que o Rio Doce tem na língua *krenak*, o Atu está em coma, mas não está morto."

Declarar a morte de um rio, afirma Krenak, é eximir-se de qualquer atitude de reparatória ou regenerativa.

Em *A Inteligência das Águas*, há textos de Schauberger a respeito dos danos causados ao Danúbio e ao Reno, dois importantes rios que atravessam a Áustria. Apesar das diversas passagens técnicas da obra, as críticas do autor se mantêm pertinentes.

"Hoje, já nos deparamos com acontecimentos que deveriam abalar profundamente qualquer pessoa com um mínimo de lucidez", alertou o austríaco. "Se quisermos tornar a vida novamente prazerosa e bela, devemos agir exatamente onde a vida começa. A origem da vida, a substância primária, é a água, guardiã do segredo de todo ser e da evolução." •

ACERVO PKS-VILLA E ISTOCKPHOTO

Ines249

E AÍ, VAI SER CANDIDATO A ALGUM CARGO NESTAS ELEIÇÕES?
NÃO.
MAS CUMPRO TODOS OS REQUISITOS.
199

Ines249

Direto da Redação

ANÁLISES NO CALOR DOS ACONTECIMENTOS

ESTREIA

17 DE AGOSTO

DE SEGUNDA A SEXTA

17H

AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS DO DIA COM O OLHAR CRÍTICO DE

CartaCapital

DR Carta

https://www.youtube.com/@CartaCapital

Ines249

PAPEL PLANTA ÁRVORES

Papel é feito exclusivamente de árvores cultivadas que sequestram carbono da atmosfera, ajudando a combater as mudanças climáticas!

Ótima notícia para os consumidores de comunicação impressa e embalagens de papel. Compartilhe e recicle!

LOVE PAPER®

lovepaper.org.br

TWO SIDES

twosides.org.br

A Campanha Love Paper é uma criação original de Two Sides. Descubra mais!